

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia treze de dezembro de dois mil e catorze.

Aos treze dias do mês de dezembro do ano dois mil e catorze, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos e fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal.”

Seguidamente o Primeiro Secretário da Mesa, da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente o Sr. Dr. André Duarte Pereira, o Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo e o Sr. Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que apresentaram justificação e solicitaram substituição, tendo sido substituídos, respetivamente, pela Sra. Dra. Carla Alexandra dos Santos Godinho, Sr. Eng.º Arménio Alberto Tavares da Silva e pela Sra. Dra. Sílvia Alexandra Loureiro Jerónimo.

Também se encontrava ausente a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales e o Sr. Nuno Jorge Brito da Cunha Caetano que igualmente apresentaram a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dra. Cristina Fernandes Oliveira, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente à ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezanove de setembro de dois mil e catorze, pergunto se há alguma proposta para alteração da ata?

Se não há, passaríamos à votação da ata para a sua aprovação.”

Efetuada a votação, a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezanove de setembro de dois mil e catorze, foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, retomou a palavra e fez a seguinte intervenção:

“Antes de dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia quero dar os sentimentos ao Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa pelo falecimento da sua mãe.

Quero também informar que foi entregue, pela Câmara Municipal, um pedido para incluir mais um Ponto na Ordem do Dia.

Este Ponto passará a ser o Ponto VII - Apreciação e votação da proposta de parecer favorável ao projeto de Decreto-Lei que tem por objeto criar o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e constituir a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A.

Para que este Ponto passe a fazer parte da Ordem do Dia é necessário que seja aprovada a sua admissibilidade por dois terços dos Membros da Assembleia Municipal. Passaríamos de imediato à votação da inclusão do Ponto VII na Ordem do Dia.”

Efetuada a votação, a inclusão do Ponto VII - Apreciação e votação da proposta de parecer favorável ao projeto de Decreto-Lei que tem por objeto criar o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e constituir a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A., foi aprovado por unanimidade.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um Subsídio à União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

III - Apreciação e votação, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, da proposta genérica de concessão de isenções totais e ou parciais relativamente a tributos próprios para o ano de 2015, nos termos já fixados nos artigos 8º e 9º do Regulamento da Tabela de Taxas Municipais em vigor.

IV - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2015, em 5%.

V - Apreciação e votação referente à transferência patrimonial da Assembleia Distrital de Coimbra para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2015/2018 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2015, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço na Câmara Municipal para 2015 que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e nos termos do nº 2, do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de orçamento.

VII - Apreciação e votação da proposta de parecer favorável ao projeto de Decreto-Lei que tem por objeto criar o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e constituir a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A..

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de fazermos as inscrições para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia queria fazer uma referência muito breve de alguns acontecimentos desde o dia 19 de setembro: Começo por dar os parabéns à Junta de Freguesia de Meruge pela realização da Feira do Porco e do Enchido, à Junta de Freguesia de Aldeia das Dez pela realização da Festa da Castanha e

também à Junta de Freguesia de Santa Ovaia pela realização da Festa das Sopas. Estas festas reúnem sempre centenas e até milhares de pessoas e por isso penso que os Senhores Presidentes de Junta e os respetivos Executivos estão de parabéns.

Uma referência também à inauguração, com todo o brilhantismo, do Mercado Municipal e da Central de Camionagem com a presença da Sra. Presidente da CCDR. Como sabem esta obra já vinha dos anos noventa do século passado e finalmente está concluída.

Uma referência também ao brilhantismo e à simbologia que teve o dia do Feriado Municipal nomeadamente com a atribuição de medalhas a várias individualidades e às costureiras.

Foi apresentado o livro da História dos Arguinhas, que foi apoiado pela Câmara Municipal, e que igualmente foi apresentado em várias Juntas de Freguesia com uma receptividade muito grande.

Por fim uma referência também à Gala do Desporto organizada pela Câmara Municipal, mas em concreto e em particular pelo Sr. Vereador Nuno Ribeiro que se esmerou e está de parabéns, porque foi, de facto, um acontecimento brilhante no Concelho.

Seguidamente o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, irá informar esta Assembleia Municipal da correspondência mais relevante e dos respetivos despachos.”

Em seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Todos os Membros da Assembleia Municipal receberam a listagem da correspondência enviada e recebida mas, de qualquer das maneiras, temos aqui três casos que gostaríamos de dar alguma ênfase.

Relativamente à documentação que foi enviada para conhecimento, nomeadamente o documento referente ao Revisor Oficial de Contas - Informação semestral sobre a situação económica e financeira, vou ler o ponto 6 do referido parecer: *“Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, exceto quanto aos efeitos do ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 3 a 5 anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras intercalares do Município de Oliveira do Hospital, não estejam isentas de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade*

com os princípios contabilísticos geralmente aceites e previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aplicados consistentemente.”

Relativamente à Moção de Alerta e Reivindicação, que foi aprovada por unanimidade na Sessão da Assembleia Municipal de dezanove de setembro, e que foi enviada à Administração Regional de Saúde do Centro, passo a ler a resposta da Administração Regional de Saúde do Centro: “*Cumpre-me, em primeiro lugar, agradecer a V. Exa. a disponibilização, a esta ARS, da moção aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital de 19/09/2014.*

Relativamente ao seu conteúdo, permito-me esclarecer que a carência de médicos é um problema infelizmente verificado em vários Centros de Saúde, fruto de pedidos de aposentação e de exoneração de muitos médicos de família e da incapacidade, de alguns locais, em atrair jovens especialistas – não obstante a política de discriminação positiva de lugares concursados que tem vindo a ser empreendida por esta ARS Centro.

De facto, e como é do conhecimento de V. Ex.^a e da Exma. Assembleia Municipal, o número de médicos que saem do Serviço Nacional de Saúde é muito superior ao número de médicos que terminam a especialidade de medicina geral e familiar, o que torna, no presente, inviável a integral substituição dos profissionais em falta. Acresce a esta situação, o facto de que, fruto da existência de duas épocas de exame final do internato médico, apenas ser possível a colocação de médicos duas vezes por ano, após a competente abertura de procedimentos concursais.

Apesar dos constrangimentos referidos, foram abertas duas vagas para o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital no último procedimento concursal que, lamentavelmente, ficaram desertas. Não obstante, e atenta a situação vivenciada em termos de recursos humanos médicos (medicina geral e familiar) pelo Centro de Saúde, iremos diligenciar no sentido da abertura de (outras) vagas no próximo concurso – sem prejuízo da abertura de vagas no concurso que se encontra a decorrer, para colocação de médicos especialistas em Medicina geral e Familiar sem vínculo ao SNS.

É entendimento da Administração Regional de Saúde do Centro IP que os atores comunitários – e, muito em particular, pelas suas relevantes atribuições e competências, os órgãos autárquicos – são parceiros fundamentais na prossecução da missão deste instituto público do Ministério da Saúde. Desta forma, saudamos todos os contributos que visam a resolução

dos reais problemas e necessidades das populações deste âmbito territorial – designadamente através da sua comunicação a esta ARS.

Reiterando, assim, os nossos agradecimentos pela moção de alerta que nos foi endereçada, colocamo-nos ao dispor de V. Ex.^a e da Exma. Assembleia Municipal para os esclarecimentos adicionais que julgarem por convenientes.”

A ANMP enviou-nos para conhecimento a resolução do Conselho Geral da ANMP relativa à proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015 e passo a ler as conclusões da deliberação do Conselho Geral: *“Face ao exposto, O Conselho Geral delibera:*

a) Reiterar a sua posição clara e inequívoca de discordância relativamente à Proposta de lei do Orçamento do Estado para 2015(PLOE/2015);

b) Salientar a necessidade de um quadro legislativo estável aplicável às autarquias locais nas áreas administrativas e financeiras, que propicie uma gestão correta e coerente dos seus recursos, quadro esse que seja respeitador do papel preponderante que os municípios têm na sociedade portuguesa e que valorize o papel imprescindível dos eleitos locais na prossecução dos interesses e anseios das populações;

c) Exigir o fim das intervenções governamentais que limitam cada vez mais a autonomia política, administrativa e financeira dos municípios, constitucionalmente consagradas;

d) Reiterar que só com o respeito pelo princípio constitucional da autonomia local é que os problemas com que se debatem as populações podem ser ultrapassados e garantidas a satisfação das necessidades públicas colectivas;

e) Realizar o Congresso de 2015, em data antecipada, para o primeiro trimestre desse ano.””

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“A mesa recebeu também um pedido do Sr. António Lopes para que lhe seja remetido o relatório de auditoria à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, anunciada pelo Sr. Presidente da Câmara em sede de Assembleia Municipal.

Eu tenho aqui a resposta e peço à Esmeralda que a entregue ao Sr. António Lopes.”

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Como sabem nós saímos daqui às cinco horas da manhã na última sessão da Assembleia Municipal e eu creio que nenhum dos Senhores gostou do que se passou. Eu também não gostei, e tomei a iniciativa de tentar um acordo.

O acordo foi bastante favorável entre todos, nomeadamente os Senhores Presidentes de Junta independentes e os representantes dos partidos políticos, e que de uma maneira geral vieram ao encontro das minhas preocupações.

Como sabem nos últimos três ou quatro mandatos o tempo foi deslizando e deu nisto, que acabámos de assistir na última sessão, saímos daqui à hora que saímos. Há que reverter este processo.

Eu estive a fazer uma investigação em outras Assembleias Municipais e não existe nenhum caso como o nosso. O que acontece é que em determinadas Assembleias Municipais, chega á meia-noite e os trabalhos são interrompidos e continuam no dia seguinte. Em outros casos trabalham no sábado durante todo o dia, e também há outros em que se fazem as sessões em dois ou três dias, nomeadamente nos concelhos grandes as sessões da Assembleia Municipal são feitas em dois ou três dias durante a semana.

Nós temos uma destas três alternativas, ou então temos aquela que foi acordada e que me parece ser a melhor e que é cumprirmos o Regimento da Assembleia Municipal.

Como sabem o Regimento diz que o Período de Antes da Ordem do Dia deve ser de sessenta minutos, podendo ser eventualmente prorrogado por mais trinta minutos, e cada pessoa deve usar da palavra no máximo durante cinco minutos. O Presidente tem o poder de, no caso de haver muitas inscrições, reduzir o tempo das intervenções de modo a que não utilizemos mais de uma hora e meia no máximo no Período de Antes da Ordem do Dia. Atenção que esta parte do Regimento não foi alterada há mais de vinte anos.

O acordo foi obtido entre todos os representantes dos partidos e o que vos pedia é que ajudassem a Mesa a cumprir com este acordo porque houve reações adversas na última Sessão, com toda a razão. Aliás, ficámos quase sem quórum e nós não podemos repetir isso. Vamos então tentar que os tempos que estão estabelecidos no Regimento sejam cumpridos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente, vou tentar ser rápido para cumprir com os tempos que nos são exigidos.

Na Assembleia passada apresentei uma Moção relacionada com a degradação da Estrada Nacional 230 com certeza que essa Moção foi enviada ao destinatário pelos serviços da Câmara Municipal e gostava de saber se têm algum *feed back* ou se sabem de alguma coisa em relação a tudo isto porque as estradas estão cada vez mais degradadas e qualquer dia ficam intransitáveis.

Foi dito pelo Sr. Ministro que há oitenta e cinco milhões de euros para a requalificação de estradas e havendo este dinheiro penso que é a altura própria para termos uma iniciativa na resolução deste problema. Refiro-me também à resolução do problema da Estrada Nacional 17 porque também tem muito movimento.

Pedimos a requalificação das vias de comunicação para as nossas terras que estão realmente muito degradadas e por isso se torna muito difícil transitar nelas. Nesta zona do interior as estradas estão efetivamente muito degradadas.

Quero também referir que vi na Comarca de Arganil um trabalho sobre demografia e que merece um ato de reflexão de todos nós. A sociedade civil começou com esta reflexão e as entidades oficiais têm que pensar também um bocadinho nisso porque com certeza a falta de vias de comunicação e a falta de condições para vivermos no interior ajuda também a termos este problema de demografia e de desertificação do interior. Este é um problema que deve ser visto com afinco pelo Estado e pelas pessoas que nos governam porque na realidade ultimamente temos sido bastante abandonados.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

“Durante o ano de dois mil e catorze não fiz nenhuma intervenção porque não achei necessário, hoje faço esta intervenção porque a Junta de Freguesia da Bobadela se sente lesada relativamente às verbas provenientes do FFF. Temos menos três mil duzentos e oitenta e três euros. Este valor não corresponde ao valor que inicialmente nos tinha sido atribuído. Entretanto contactámos com a DGAL e foi-nos dada a informação que passo a ler: *“Em resposta ao v/ ofício recebido nesta Direção-Geral em 7 de novembro de 2014, referente ao assunto em epígrafe, informo V. Exa. Que foi publicado no Anexo do Decreto-Lei*

Execução Orçamental para 2014 (Decreto-Lei nº 52/2014 de 7 de abril), uma lista com o montante a transferir por cada autarquia local para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), constando para a Junta de Freguesia de Bobadela, geograficamente integrada no concelho de Oliveira do Hospital o montante de €7.552,10.“

O nosso susto ainda foi maior porque já nos tinham retirado cerca de três mil euros e depois nos informam que nos iriam retirar sete mil, quinhentos e cinquenta e um euros e dez cêntimos.

Continuando a ler: *“Nesta sequência no corrente ano foi retido o montante de €3.426 ao Fundo de Financiamento da Freguesia (FFF) de Bobadela, que corresponde ao limite de 20% do FFF a transferir, conforme previsto no art.º 39.º da lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro) para pagamento ao SNS.*

Relativamente ao valor que consta no referido Anexo, é da responsabilidade da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) a elaboração daquela lista, desta forma, para eventuais dúvidas deverá contactar esse serviço, uma vez que à DGAL cabe somente cumprir com as determinações constantes da Lei do Orçamento do Estado, aprovada pela Assembleia da República e respectivo Decreto-Lei de Execução Orçamental.”

Eu recorri à Câmara Municipal, junto do Dr. João Mendes, que também ficou muito surpreendido com esta questão e tentou logo de imediato ajudar.

Esta Junta de Freguesia nunca teve nenhum funcionário a descontar para a ADSE e, logo aí, é impossível haver descontos para pagar tratamentos de saúde.

Não havendo resposta para tal ato, e como isto até pode implicar que eu não possa cumprir com a execução de obras das Grandes Opções do Plano, porque esta verba faz muita falta à Junta de Freguesia, que é das que tem menos atribuição do FFF, eu pedia ao Sr. Presidente, José Carlos Alexandrino, que nos ajudasse, com os seus conhecimentos, para que juntos encontrássemos uma solução para que a Junta de Freguesia de Bobadela venha a reaver o valor retirado injustamente.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Quero saudar e cumprimenta de uma maneira muito particular o Prof. José Carlos Alexandrino e desejar-lhe as melhoras e rápido restabelecimento, penso que está em forma, e quero dizer-lhe que continuo a declarar-lhe o meu apoio e que continuo a confiar em si e que vejo em si alguém capaz de liderar com grande consenso em torno de grandes opções e de um plano estratégico mais amplo, e a médio e a longo prazo, para o Concelho de Oliveira do Hospital.

Quero também expressar-lhe, e pedir-lhe que transmita ao pessoal que trabalha nesta autarquia, o meu reconhecimento porque durante todo este tempo tive a oportunidade de apreciar a maneira como sempre fui recebido pelos diversos serviços com o seu grande profissionalismo e simpatia com que todo o pessoal que aqui trabalha teve a oportunidade de me brindar. Penso que estas coisas devem ser ditas publicamente.

Quero aqui abordar uma questão. Esta questão tem a ver com o tempo de respostas e com as respostas dos diversos serviços e nomeadamente da Câmara Municipal e do Executivo. Penso que há três respostas possíveis quando é colocada alguma questão: É o sim; É o não, que é o mais difícil, às vezes, de dizer; Mas, o “nim”, a não resposta, a mim preocupa-me. Mesmo que sejam situações que estejam em análise, eu pedia ao Sr. Presidente e pedia ao Executivo da Câmara Municipal que houvesse um esforço para que mesmo quando as coisas estão em análise que houvesse uma resposta relativamente a determinadas questões.

Venho falar de duas questões: A Unidade Móvel da Fundação Aurélio Amara Dinis, que ainda não foi vista em Travanca de Lagos, possivelmente deve-se ao problema das estradas ou então não tem GPS para Travanca e também quero falar sobre a Ponte do Rio Cobral.

Já aqui falei sobre a Ponte do Rio Cobral porque é uma situação que nos preocupa em Travanca e também todas as pessoas que se servem daquela via de comunicação.

Eu penso que, de facto, há alternativas àquela ponte e àquele percurso, mas as alternativas custam mais aos utentes porque têm que dar uma volta maior.

Gostava de saber qual é o ponto de situação relativamente à ponte.

Queria dizer também que falei neste assunto não por ter saído na Comunicação Social mas, de facto, quem marca a agenda política e as prioridades na Junta de Freguesia da qual eu sou Presidente é o Executivo da Junta de Freguesia. Somos nós que marcamos essa agenda política e somos nós

que intervimos em relação a determinados assuntos quando achamos que é oportuno e portanto quero deixar isto bem claro.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Há um ano, mais ou menos, fiz aqui o apelo à Câmara Municipal para que se envolvesse mais na Feira do Porco e do Enchido. A Câmara Municipal envolveu-se e tornou aquele evento como sendo também um evento seu e isso a nós agrada-nos e deixa-nos satisfeitos. Não é só o valor monetário mas a Câmara tem outros meios que as Juntas de Freguesia não têm e que nos podem ajudar muito na realização deste eventos e por isso fica aqui o nosso agradecimento à Câmara Municipal.

Também foi com agrado que vi a notícia de que a Câmara Municipal ia repor o IMI ao movimento associativo. Penso que é uma medida importante. Esta medida já foi tida em conta há alguns anos atrás. É uma forma de reconhecimento do trabalho que esta gente faz de forma gratuita pela sua comunidade. É uma forma de agradecimento e nalguns casos também é uma ajuda para estas Associações e em tempo de crise “migalhas também são pão” e, por isso, é com agrado que eu vejo esta notícia.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Começava por felicitar a Câmara Municipal pelo brilhantismo e pela dignidade com que organizou, e como decorreram, as comemorações do sete de outubro. Penso que foi um momento bastante conseguido e penso que dignificou a Câmara e dignificou Oliveira do Hospital.

Queria também felicitar a Câmara Municipal pela conclusão da Central de Camionagem e Mercado Municipal porque é uma obra que permite também as melhores condições para quem nos visita e para quem utiliza aquele espaço e isso deve ser motivo de orgulho de todos os oliveirenses.

Quero também falar de uma questão que nos deve preocupar a todos os Oliveirenses e particularmente à Câmara Municipal que tem que resolver este problema.

Recentemente o Governo criou-nos aqui um “prémio”, que é o Fundo de Apoio Municipal. Este fundo destina-se a ajudar as Câmaras com dívidas.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se realmente é verdade que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital vai contribuir com cerca de setecentos mil euros para este fundo.

Eu digo que isto é preocupante porque são setecentos mil euros que poderiam ser aplicados neste Concelho, porque se a Câmara de Oliveira do Hospital vai contribuir é porque criou também uma situação que lhe permite não ser ajudada por outros mas criou uma situação financeira e tem vindo a fazer uma gestão que a coloca entre as Câmaras que estão bem e o prémio que recebe por estar bem é ter que pagar por isso.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, que fez a seguinte intervenção:

“Na minha condição de mulher, não podia deixar passar o tema da Violência Doméstica. Um fenómeno cada vez mais comum na nossa sociedade, assumindo proporções elevadas.

Em média, quatro mulheres são assassinadas por mês em Portugal.

Segundo os dados do relatório anual do observatório das mulheres assassinadas, dá conta da morte violenta até agora de quarenta mulheres, adiantando ainda, que outras quarenta e seis escapam à tentativa de homicídio.

Porque a violência é um flagelo a combater, devo aqui enaltecer o cuidado e a atenção que o Município de Oliveira do Hospital tem dedicado ao tema, através da sua equipa para a “Igualdade Local Cidadania Responsável” ao criarem uma linha de apoio e aconselhamento à vítima.

Quero propor à Mesa e propor à Assembleia Municipal um Voto de Pesar pela morte absurda de quarenta mulheres.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Sendo assim, interrompemos a sequência das intervenções para pôr à votação dos membros da Assembleia Municipal este Voto de Pesar pela morte absurda de quarenta mulheres.”

De seguida foi colocado à votação o Voto de Pesar pela morte absurda de quarenta mulheres que foi aprovada por unanimidade.

Este Voto de Pesar deverá ser enviada para a Presidente da CIG-Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Dra. Fátima Duarte, para a Presidente da Assembleia da República, Dra. Assunção Esteves, e para a

Secretária de Estado para a Igualdade e assuntos parlamentares, Dra. Teresa Morais.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Estamos num mês de balanço e eu acho que é normal nestas situações de final de ano fazermos um balanço da nossa actividade para podermos avaliar o que é que fizemos de bem e o que é que deveríamos corrigir. A minha intervenção de hoje vai ser nesse sentido.

Faço aqui dois balanços: Um é o do papel das autarquias, e aqui incluía os Municípios e as Juntas de Freguesia, e o balanço do Governo.

Relativamente aos Municípios e às Juntas de Freguesia destacar a sua permanência junto das pessoas que estão desamparadas e a sua permanência junto daqueles que mais precisam. É a permanência junto daqueles que mais sofrem. E o que é que assistimos do outro lado? A ausência. As pessoas são desconhecidas e não existem pessoas. Ouvimos agora recentemente, e perdoem-me esta expressão, todos somos mexilhões. Eu não me sinto como mexilhão! Sou um cidadão Português como os outros, sou um cidadão que contribui e que dá tudo por este País, por esta autarquia e por Oliveira do Hospital. Eu não aceito esta linguagem!

No caso de Oliveira do Hospital por vezes diz-se que há muitas festas mas nós precisamos de levantar o nosso ego. Eu tenho a certeza absoluta, e todos nós a temos, que o dinheiro gasto aqui pela Câmara Municipal e pelas Juntas de Freguesia que é bem utilizado porque todos os eventos realizados são muito positivos. Tenho muito orgulho de ser Oliveirense. O Concelho de Oliveira do Hospital faz tudo por nós e está em franco desenvolvimento.

Também tenho que dizer que não compactuo com as injustiças deste País. É inaceitável que num País civilizado como Portugal assistirmos a este número de mortes relacionadas com a violência doméstica e não se ouve uma palavra sobre isto. É mais uma manifestação de que as pessoas valem zero e que não têm significado absolutamente nenhum.

A Câmara Municipal tem conduzido um conjunto de incentivos para a fixação das pessoas e tem lutado para que não seja mais um Concelho do interior desertificado.

Peço ao Sr. Presidente da Câmara que continue com esta forma de governação e com este diálogo que tem tido, quer político quer com as

instituições, porque contamos com o Sr. Presidente para desenvolver mais este Concelho e para levar o nome do Oliveira do Hospital bem longe.

Também quero desejar a todos que o próximo ano seja um bom ano para todos e que passem umas boas festas com saúde.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de felicitar publicamente, em nome do grupo municipal do PSD, a Liga de Travanca de Lagos e a todos os seus colaboradores pela excelente iniciativa da construção da árvore de natal ecológica. Esperemos que este ano o São Pedro preserve esta árvore durante algum tempo.

Uma palavra ainda ao Presidente da Junta de Meruge, Sr. Aníbal, pelo sucesso de mais uma edição da Feira do Porco e do Enchido que teve lugar nesta Freguesia e que se tem vindo a afirmar de ano para ano como uma mais-valia para atração turística no nosso Concelho. Assim a saibamos aproveitar!

Mas, o que verdadeiramente aqui me traz hoje são estes pontos que gostaria de partilhar convosco, nomeadamente, gostaríamos de saber, Sr. Presidente, qual é a sua prioridade relativamente a uma futura intervenção no Parque dos Marmelos? Por todas as razões que são conhecidas, pensamos que este espaço não merece cair no esquecimento e gostaríamos que dentro dos possíveis fosse de facto pensada uma solução para um futuro próximo para aquele espaço que está infelizmente deixado praticamente ao abandono.

Voltamos ainda a insistir na necessidade em Oliveira do Hospital de uma ligação de internet digna desse nome como forma de constituir uma mais-valia na futura captação de empresas nas áreas das novas tecnologias. Sem esta ligação de alta velocidade nenhuma empresa nesta área se vai instalar em Oliveira do Hospital. Deste ponto de vista perdemos logo à partida com outros Concelhos que têm esta mais-valia. Sendo assim, gostaríamos que o Sr. Presidente colocasse também este ponto como prioritário na sua agenda política que a meu ver é da maior relevância para Oliveira do Hospital.

Outro ponto que gostaria de partilhar tem a ver com o novo Mercado e Central de Camionagem: Foi-me relatado que partes do pavimento daquele espaço já estariam num mau estado de conservação. Como tal, gostaríamos que fossem também tomadas aqui as devidas diligências para que o responsável pela obra rectifique o que tem a rectificar.

Outro aspeto que gostaríamos de chamar à atenção, Sr. Presidente, é o problema de algumas lombas no centro da cidade: Com o abatimento do

pavimento as lombas ficaram ainda mais elevadas o que torna estas bastante agressivas para os carros que lá passam. Assim sendo, gostaríamos que fosse feito algo neste sentido para debelar este problema.

Sr. Presidente, tendo em conta as recentes notícias na Comunicação Social sobre a possibilidade da vinda de dois Hipermercados conhecidos para se instalarem no nosso Concelho e dar um aumento de preocupação a alguns dos nosso comerciantes locais, gostaríamos que o Sr. Presidente se pronunciasse sobre o ponto de situação do pedido de licenciamento deste dois Hipermercados e se tem alguma informação se estes vão de facto ser uma realidade ou não no nosso Concelho.

Outra questão tem a ver com a percentagem de cobertura de água e esgotos públicos no nosso Concelho: É de saudar a sua preocupação que é demonstrada neste orçamento para dois mil e quinze sobre este aspeto mas, gostaríamos de saber qual é a percentagem actual que ainda falta realizar nesta matéria e para quando tenciona, de facto, efectuar esta obra que é uma necessidade básica em pleno século XXI.

Gostaríamos ainda de saber qual o ponto de situação, se é que nos pode adiantar alguma coisa, do diferendo que o Município mantém com o empreendedor turístico das Caldas de São Paulo e que já tanta tinta fez correr infelizmente não pelas melhores razões.

Termino como comecei, com mais uma nota de felicitação, mas desta vez para o Executivo pelo facto de vir dar razão à oposição quando esta criticava eventos como a Volta a Portugal e Rally Cidade de Oliveira do Hospital. Nestes tempos tão exigentes e difíceis em que todos nós vivemos. Curioso, ou não, foi verificarmos que no ano passado, e aqui importa referir que dois mil e treze foi ano de eleições, houve dois grandes eventos, nomeadamente a Volta a Portugal em Bicicleta e o Rally Cidade de Oliveira do Hospital. Este ano foram deixados cair estas duas bandeiras de campanha. De facto, nunca é tarde para que uma má opção política, no nosso entender, seja corrigida. Se queremos projetar a marca Oliveira do Hospital existem uma panóplia de formas alternativas de o fazer e bem mais económicas. Apostar em eventos bem mais baratos e com uma elevada visibilidade e retorno envolvendo a sociedade civil e todas as nossas entidades e colectividades. Aqui poderíamos referir, por exemplo, o evento chamado *Color Run*, num formato diferente para não ser mais do mesmo, seria, com certeza, mais vantajoso, no meu ponto de vista.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes da intervenção escrita que aqui quero apresentar não posso deixar de fazer uma referência a esta questão dos tempos: Eu já falei na última Assembleia, ou na penúltima, em que foi Presidente da Assembleia porque é que não se organizavam os grupos e até defini os tempos, porque, de facto, vêm aqui vinte e oito membros e utilizam o tempo todo e há muita forma de calar a oposição e é visível esse esforço. O Sr. Presidente da Mesa disse que eu trouxe a democracia a esta casa e eu lamento muito ver o Senhor a passos largos a ver se acaba com ela.

Quanto a esta história que me foi dada agora a resposta: O Sr. Presidente da Câmara disse aqui há dias que tinha tido aqui uma auditoria e que estava tudo uma maravilha e agora diz que está no contraditório e por isso gostava de saber em que é que ficamos?

Passo então à minha intervenção: A todos cumprimento desejando uma boa quadra natalícia e um bom ano novo de 2015, pese as nuvens que continuam a escurecer o nosso horizonte coletivo. Estou mesmo convencido que dois mil e quinze dificilmente será um bom ano para uma parte significativa da nossa população, como o não será para alguns da classe política que nos têm (des)governado.

Porque estamos em quadra natalícia, porque continuo a pensar que estas Assembleias são ilegais, e como tal inúteis, prometo não atrasar mais do que deva a hora do almoço.

Queria apenas continuar a manifestar as minhas preocupações com o brutal aumento da água, pese o “canto da sereia”, repetido, que saiu esta semana, para acalmar a nossa ira e a minha indignação, com umas ridículas taxas de guarda das crianças, que se tem tentado implementar, em algumas escolas, atitude que só nos pode envergonhar a todos. E envergonha-nos pelo princípio, e envergonha-nos pela ninharia financeira que elas representam.

Como é possível uma candidatura que encheu a boca, e continua a encher a boca, com um discurso social e, depois, tomar decisões destas? Num tempo em que mais de trinta por cento da população vive em condições infra-humanas de pobreza, como pode um poder de proximidade praticar tais políticas? É isto o Tudo Pelas Pessoas que se prometeu e defendeu na campanha eleitoral? É com isto e para isto que os Senhores queriam o meu apoio e concordância? Obviamente que não a podiam ter.

O tudo pela pessoas, virou no todas as pessoas a pagar, com as consequências mais gravosas para os que menos têm e podem. Hoje como no passado e no futuro, cá estaremos para denunciar e combater estas imorais políticas.

Dos documentos que nos foram distribuídos, fiquei a saber que contra mim foi intentada, pelo Município, uma ação judicial. Outra contra o Correio da Beira Serra. Tanto se criticava Mário Alves pela conflitualidade judicial. Tanto se criticava pela falta de cultura democrática, afinal, no primeiro ano de maioria absoluta já são mais ações que em todos os mandatos do anterior presidente. E se o “pregador” não me mentiu, vêm mais três a caminho. Parece que agora virou moda colocar postes de eletricidade e alcatrão nos terrenos particulares. Até parece que estamos no “comunismo mau”. Espero bem que não sobre para mim...! Depois dizem que virei PSD quando digo: Volte, Prof. Mário Alves, está perdoado...! Não sou eu que ando a fazer do anterior Presidente um democrata. Comparativamente isto está pior, começo a pensar. Não sei quais são os crimes mas devem ser os do costume. Aqueles “crimes” que tanto incomodam os detentores do poder, que de eleitos passam a donos, sentindo-se ofendidos e incomodados no pedestal, que para si próprios construíram. Começo a pensar que o mal é da cadeira. Sugiro que se faça uma substituição da mobília. Se me querem transformar em mártir e perseguido, para mártir não tenho vocação, para perseguido, só me persegue quem eu deixo. Mas pronto. Prossigam. Como sempre disse, por este Concelho tudo.

Pena foi não terem iniciado esta senda mais cedo, pois, desse modo, ter-se-ia evitado o encerramento do Tribunal de Justiça. Também nos documentos que nos foram enviados vem a informação de mais uma decisão desfavorável ao Município, no caso, do hotel das Caldas de São Paulo, onde, não será difícil adivinhar as pesadas indemnizações que aí vêm. Isto de não se saber o que se quer, de se proibir e autorizar consoante os momentos e os ventos, naturalmente, não podia ter outro desfecho.

Também por estes dias se noticiou a perda de mandato do Presidente da Área Metropolitana de Lisboa, Dr. António Costa. O “saber e responsabilidade” de alguns (como por aqui gosta de se dizer) não os deixa saber que a maioria de dezoito são dez, como dois terços desta Assembleia são vinte e cinco. Há quem defenda que são vinte e seis.

Por enquanto, apesar dos avanços da medicina, ainda não se conseguem dois meios eleitos... Também lá, os que “tudo sabem e são responsáveis” viram o Tribunal Administrativo de Lisboa dar-lhes razão. Também lá, como espero

aqui, a instância superior os removeu da cadeira ilegalmente usurpada. O que nos vale é que não estão agarrados ao poder...!

Moderem-se pois, aqueles que fazem da vontade lei que, a lei, como se vai verificando, às vezes funciona. Quem espera sempre alcança. Imbuídos deste espírito natalício, mantenhamos a calma que, aquilo que for nosso, à mão nos virá ter.

Tenho acompanhado as preocupações com a imagem e a transparência que o Município vai demonstrando. O que não compreendo com tanta preocupação, é como continuo à espera dos documentos solicitados em dezasseis de maio e mais alguns daí para diante.

Tinha aqui mais umas coisas mas como eu não gosto que me mandem calar vou só deixar aqui na Mesa, porque o Sr. Presidente da Câmara continua a fazer demagogia, as faturas de todos os concelhos onde eu pago água e verificaram que Oliveira do Hospital é a mais cara.

Também durante muito tempo lutei aqui pela implementação do Conselho Municipal de Segurança e pelo relatório do Estatuto da Oposição e tantas outras coisas que na surdina e dentro de uma estrutura de influência fui fazendo.

Fica também aqui na Mesa o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de cinco concelhos.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Depois desta intervenção vou fazer aqui uma intervenção um bocadinho mais suave. Vou falar aqui sobretudo de alguns problemas que já falamos há algum tempo e de algumas preocupações que vamos ouvindo das pessoas nas aldeias por onde passamos e que nos pedem que coloquemos aqui essas questões na Assembleia.

O Executivo Municipal, principalmente quando estive na oposição, criticou por diversas vezes as obras que foram feitas, aqui, em Oliveira do Hospital aquando da sua requalificação e nós sabemos de alguns constrangimentos que foram causados por essas mesmas obras nomeadamente na Rua do Colégio. Gostaríamos de saber quando é que estão a pensar corrigi-las, nomeadamente a questão do estacionamento, e também a questão que o Eng.º Rafael já falou relativamente às lombas e outras questões que há para fazer.

Outra questão que nos preocupa, e que é uma questão não só de imagem mas também de segurança, prende-se com as entradas da nossa cidade: todos

nós andamos por várias localidades e ninguém sente muito orgulho a entrar em Oliveira do Hospital com estas entradas que nós temos. As pessoas nem dão conta que passaram em Oliveira do Hospital. Há dias estava à espera de uma pessoa para uma reunião e entretanto essa pessoa telefonou-me e já estava a chegar a Seia.

A entrada pelo lado da Bobadela também é o que se vê, com aquela intervenção, que eu acho que foi de muito má qualidade, que se fez logo à saída de Oliveira e que não está minimamente em condições.

Nesta questão das acessibilidades e no que diz respeito às entradas da cidade estamos a ser ultrapassados por outras localidades. Basta irmos a Seia ou a Gouveia e já se vê a diferença e esta situação já se prolonga ao longo dos anos.

Também relativamente aos passeios, e para quem gosta de fazer uma caminhada como eu às vezes faço, verificamos que não são seguros.

Outra questão, que eu também já aqui referi anteriormente que pelos visto é de difícil resolução, tem a ver com as passadeiras: Se dermos uma pequena volta aqui por Oliveira do Hospital, e não só em Oliveira, verificamos que as passadeiras não estão devidamente marcadas nem minimamente seguras ainda mais quando se coloca areia perto das passadeiras como acontece no Verão.

Relativamente àqueles tubos verdes que estão no jardim principal desde que se fez a requalificação julgo que são um elemento decorativo *sui generis* mas que se devia retirar!

Depois uma intervenção que nem é assim tão cara, como por exemplo, a construção de passeios e intervenção nos passeios que estão degradados e basta dar-se uma pequena volta para se identificarem esses passeios.

Há também uma questão que me preocupa, pela imagem e não só, e que se prende com o edifício onde está instalada a Segurança Social. Eu não tenho a certeza de quem é a responsabilidade de manutenção desse edifício mas, se calhar, era necessário fazer sentir junto dessas pessoas e dessas entidades a necessidade de fazer uma conservação do espaço exterior porque é uma vergonha o que ali está. Funciona naquele espaço um serviço público e acho que é vergonhosa a imagem que se dá.

Também quero referir um assunto, que já aqui foi falado, relacionado com à estrada que vai de Vendas de Galizes para Avô: Esta estrada está digna para se andar de jipe. A estrada está cheia de buracos e está muito perigosa para quem faz aquele percurso todos os dias. É vergonhoso aquele tipo de piso que ali temos e é muito má imagem que se dá de uma zona turística.

A outra questão que aqui trago tem a ver com a Ponte que liga Travanca de Lagos a Lagares da Beira, e que também já foi aqui falada: São várias as queixas que nos têm chegado. Muitas pessoas vêm junto a nós e perguntam-nos o que é que podemos fazer. Pergunto ao Sr. Presidente o que é que se pode fazer? Porque razão é que os veículos pesados têm que fazer mais quilómetros, o que obriga as crianças a levantarem-se mais cedo, e obviamente que isso trás mais custos.

A minha próxima questão tem a ver com a Segurança Rodoviária e com a marcação das estradas: Estamos no inverno e por isso escurece mais cedo. Para quando a marcação das estradas que não têm marcação?

O meu próximo assunto está relacionado com o novo Mercado Municipal: Gostaria de saber o que é que o Executivo pretende fazer para dar vida naquele espaço que é novo mas que para mim já está morto até porque a maior parte dos espaços estão vazios.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais desejar a todos, sem exceção, um período de festas felizes, para vós e para as vossas famílias, e um a no de dois mil e quinze que espero bem, apesar de ter muitas reticências, que corra melhor do que este ano que estamos a findar de dois mil e catorze.

Fazer aqui só uma pequena referência e cumprimentar a Câmara Municipal, o seu Executivo e o Sr. Presidente, que estão de parabéns, pelas comemorações do Feriado Municipal de sete de outubro e, em boa hora, no meu entender, levaram esta comemorações para a Casa da Cultura que é um espaço digno e penso que a quantidade de gente que lá esteve encheu aquele espaço e não seria muito possível aqui neste espaço ter o brilhantismo que teve com os convidados e com os homenageados que estiveram presentes apesar de alguém ter tentado que a cerimónia não tivesse o brilhantismo que veio a ter mas que não foi bem-sucedido nas suas intenções.

Já se falou aqui em saúde: Sr. Presidente a saúde no Concelho mais uma vez vem para a Comunicação Social não pelas boas razões que se anteveem ou que pelo menos estão em perspectiva e isso obviamente preocupa-me e preocupa muita gente deste Concelho. Já há um tempo atrás o tinha aqui alertado para essa situação. A curto prazo, a ser verdade as notícias que vieram a lume, vamos ter um problema muito sério no Concelho futuramente. Se isso vier a acontecer,

não vai ser somente a questão dos médicos, vamos ter vários problemas, no meu entender, que já estão a começar. Já temos utentes sem médico de família e não são assim tão poucos e corremos o risco de serem muitos mais. Eu penso que este Concelho, esta Assembleia Municipal, este Executivo, vão ter que fazer alguma coisa. Vamos ter que fazer alguma coisa! Nem que tenhamos que ir para situações mais radicais. Eu estou disponível desde a primeira hora para isso. Quando se falou das estradas, já no tempo do Prof. Mário Alves, Eu disse eu vou lá se for preciso! Assim como vou estar agora, se for preciso, e se não for resolvido o problema das estradas degradadas EN 17 e 230, com já foi aqui referido. Vamos todos à luta sem exceção! Quem estiver com o espírito de defender este Concelho que diga presente.

A questão do Médicos é muito grave. Diz-se que, num curto prazo, dois ou três médicos poderão pedir a exoneração ou mesmo a própria reforma.

Todos nós sabemos, e isto, efetivamente, é reflexo de toda essa política que tem vindo a ser feita, particularmente nos últimos anos, na questão da saúde dos Portugueses.

Eu não culpo a classe médica, eu culpo os políticos porque a classe médica defende os seus interesses, melhor ou pior sabe-os defender. Os políticos, e particularmente neste último Governo, não sabem defender a saúde dos Portugueses. Essa é que é a grande questão!

Nos últimos tempos tem havido uma fuga de médicos dos serviços públicos para os serviços privados e esta situação é fruto de uma política. Eu não entendo como é que não se “obriga” os médicos a virem para o interior quando nós sabemos que o litoral está repleto deles e nós aqui sem médicos. Tem que haver políticas para alterar este tipo de procedimentos.

Também já estamos a ter problemas em Ervedal da Beira nos serviços de enfermagem. Tínhamos uma enfermeira a tempo inteiro e agora já não temos. Não temos médico nem temos enfermeira. Isto tem que ser visto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Desejo Boas Festas a todos os presentes e respetivas famílias. Desejo também saúde e paz e também paz democrática para o nosso Concelho.

Em primeiro lugar quero falar da peça original do Cavaleiro de Oliveira do Hospital ou seja o Cavaleiro Medieval que em tempos esteve colocado na Capela dos Ferreiros e que devido a necessidade de obras na Igreja Matriz de

Oliveira do Hospital foi levado para Coimbra e ficando nesta Capela dos Ferreiros uma cópia. Executadas as respetivas obras pressupõe-se que o original do Cavaleiro Medieval tenha sido devolvido a Oliveira do Hospital. Digo pressupõe-se porque não é certo. Ainda mais porque recentemente o Museu Machado Castro em Coimbra adotou este nosso ex-líbris como uma imagem de marca dessa instituição. Daí que para mim e para outros Municípios Oliveirenses e destaco a ação e participação ativa da Muniçipe Dona Maria Teresa Loureiro tem tido na procura de respostas mais conclusivas. Este é um tema que deveria ter respostas concretas. Qual dos cavaleiros é o original? É o que está na Capela dos Ferreiros ou o que está no Museu Machado Castro?

Como tal, também gostaria de saber se o Município de Oliveira do Hospital já se inteirou desta situação e, se já o fez, o que é que foi feito até agora?

É o Cavaleiro Medieval de Oliveira do Hospital, sem dúvida, um pedaço importante da história deste Concelho.

De seguida gostaria de parabenizar dois projetos associativos de envolvimento comunitária e que em tudo demonstram uma proatividade e dinamismo por parte dos seus protagonistas e criadores. Refiro-me à Árvore de Natal Ecológica levada a efeito pelos jovens da Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos e também do mega Presépio criado pela Associação Desportiva de Gramaços. Aconselho a visita de ambos os projetos.

Quanto a este último projeto, que está inserido na Freguesia que represento, vejo-o como um projeto a dimensionar e a apoiar com outra relevância no futuro ao ponto de, por exemplo, criáramos uma Aldeia Natal na localidade de Gramaços, fazendo desta um ponto de atração turística até porque poderemos criar um projeto com baixos custos e porque não existe outro projeto deste tipo neste distrito e até região.

No âmbito do protocolo de atribuição de verbas do Município às Freguesias, a União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, em sintonia com o Município e respetiva fiscalização irá proceder à colocação de marcadores de chão solares em cerca de trinta passadeiras nesta Freguesia. A primeira fase de colocação terá início já este mês durante o interregno escolar para férias de Natal e final de ano. Daí, também, antecipadamente salvaguardar e pedir desculpas para possíveis alterações de circulação de trânsito.

Para finalizar quero propor um Voto de Pesar em memória do anterior autarca e membro do executivo da extinta Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Telmo Lopes.

Boas Festas a todos.”

De seguida os Membros da Assembleia Municipal votaram a proposta do Voto de Pesar em memória do anterior autarca e membro do executivo da extinta Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Telmo Lopes, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Uma vez que acabaram as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia, queria agradecer a compreensão de todos pela utilização dos tempos e queria agradecer também a colaboração no acordo que foi obtido recentemente.

Foi dito aqui que eu, e passo a citar, “está a ver se acaba com a democracia aqui”. Não, Sr. António Lopes! Eu estou a ver se cumpro o Regimento que é uma coisa diferente! Se o Senhor não está de acordo com o método, faça o favor, recorra para o plenário.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu gostaria que a Mesa determinasse o tempo que eu terei para responder também por uma questão de disciplina. Disciplina não é ditadura e penso que qualquer órgão tem regras para cumprir que estão na legislação e por isso também estou disponível, mesmo que o regimento não me imponha nenhum tempo, para que os Senhores me digam qual é o tempo que tenho para responder. De acordo com o número de intervenções julgo que poderei utilizar vinte minutos para tentar responder a todos os Deputados porque também não quero deixar de dar respostas ou escudar-me com o tempo para não responder e esclarecer todos os Senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia.

Antes de começar a responder, gostava de dar um abraço ao meu amigo e Presidente da União de Freguesias de Lagos e Lajeosa pelo falecimento da sua mãe porque sabemos que são momentos muito dolorosos. A Câmara Municipal associa-se ao Voto de Pesar. De igual modo, a Câmara Municipal também se associa ao Vote de Pesar pelo falecimento do Sr. Telmo Lopes, que foi um

homem que serviu este Concelho nos Órgãos da Freguesia de Oliveira do Hospital.

Começo por responder ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques: Quero dizer-lhe que há aqui vários problemas relativamente à Estrada Nacional 230.

Também quero dizer que o Dr. Nuno Vilafanha esteve muito bem na sua intervenção e dizer-lhe que as suas críticas são justas e que abordou assuntos que contribuem para o Concelho tal como o Eng.º Rafael. Os assuntos foram colocados sem ser só com uma visão partidária e isso revela alguma coragem por nós conhecemos alguns que andam com a bandeira partidária e depois dizem que a bandeira do Concelho é maior do que a bandeira partidária mas depois nos atos vê-se tudo ao contrário. Por isso quero dar-vos os parabéns por essa postura.

Quero informar que mais uma vez o Governo acaba de lançar um documento que se chama Plano de Proximidade que está relacionada com as estradas para o distrito de Coimbra no valor de trinta e sete vírgula sete milhões de euros. Neste documento há uma requalificação da Estrada Nacional, desde o nó de Tábua até às Vendas de Galizes, no valor de três milhões de euros. O que é interessante é que esta requalificação é para lançar em dois mil e catorze! Como é que eles gastaram três milhões de euros a tapar aqueles buracos! Se houve alguma requalificação nós, os Oliveirenses, não demos conta! É preciso mais.

Este documento tem aqui uma coisa muito interessante, é referida a requalificação da Estrada Regional 342, no Concelho de Arganil, por sete milhões e meio de euros, mas não falam cá na nossa Estrada Nacional 230.

Em relação a este assunto eu vou pedir mais uma reunião às Estradas de Portugal para tentarmos encontrar soluções e para percebermos porque é que existe uma requalificação para a Estrada Regional 342 no valor de sete milhões e meio de euros e porque é que não há uma requalificação para a Estrada Nacional 17.

Este problema da Estrada Nacional 17 é vergonhoso mas não podemos deixar de continuar a reivindicar a conclusão do IC6 e a realização do IC7 porque são obras estruturantes para o Concelho. A nível nacional o distrito de Coimbra é o que tem menos verbas para a realização de estradas. Tem trinta e sete vírgula sete milhões de euros.

Neste documento há uma obra para dois mil e dezanove. É uma obra entre Ervedal da Beira e a Ponte da Atalhada no valor de oitocentos e vinte mil euros.

Nos dias de hoje e para o trânsito que tem não se justifica uma obra deste valor até porque esta estrada encontra-se em razoável estado de conservação e tem muito mais justificação que essa verba seja aplicada noutro lado e é isso que eu farei ver às Estradas de Portugal.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro, quero dizer que a Câmara Municipal já fez contactos com a DGAL porque a nossa Freguesia de Bobadela foi confundida com outra Freguesia que tem empregados e por isso foram retiradas verbas para a ADSE referente a tratamentos.

A DGAL já foi informada que a Junta de Freguesia de Bobadela, no Concelho de Oliveira do Hospital, não tem nada a ver com a Junta de Freguesia de Bobadela de Lisboa e que nunca teve empregados e solicitámos que reponham as verbas o mais rapidamente possível.

Relativamente a este assunto não tem havido bom senso para retificar o erro e por isso nós temos que ir com meios que os obriguem a devolver o dinheiro. A Câmara Municipal dar-vos-á todo o apoio jurídico. Já se falou com o Diretor-Geral falta-nos só falar com o Sr. Secretário de Estado. Eu até acredito que o Sr. Secretário de Estado nos possa ajudar a resolver este assunto.

Ao Sr. Presidente da Junta de Travanca de Lagos eu quero agradecer as suas palavras e também lhe quero dizer que tem sido um enorme orgulho trabalhar consigo. Nós utilizamos uma linguagem que alguns não conhecem que é a linguagem da verdade.

Também lhe quero dizer que não fique preocupado com os condicionamentos dos jornais porque os destinos do Concelho são definidos de acordo com as políticas dos autarcas. Nós percebemos que hoje há um jornalismo parasitário em Oliveira do Hospital, jornalistas que não estão presentes nos acontecimentos e depois vão aos outros jornais copiar as notícias. Eu chamo a isto jornalismo parasitário. Infelizmente acontece isto em Oliveira do Hospital mas este é um problema que não me diz respeito porque é um problema de ética e de respeito para com os outros jornalistas que fazem o seu trabalho e que vêm assistir às reuniões de Câmara para recolher informação. Eu sei que onde houver uma pessoa que diga uma palavra contra o Presidente da Câmara, esse jornal anda mais à procura disso e por isso não tem tempo para vir a estas coisas. Os critérios editoriais são dos proprietários dos jornais e não são meus.

Relativamente à Ponte entre Travanca de Lagos e Lagares da Beira, ponte da Adarnela: Vocês peçam-me tudo mas não me peçam que coloque crianças

num autocarro a passa sobre uma ponte se eu tiver dúvidas quanto à sua segurança! As crianças não se podem colocar perante qualquer tipo de perigo. Quem quiser arriscar com os tratores é natural que a ponte não caia, mas eu não quero que isso aconteça e por isso tivemos um cuidado extremo. Há situações com as quais nós não podemos brincar. A ponte da Adarnela tem vindo a ser monitorizada e no relatório que nos foi enviado foi-nos dito que apareceu uma deformação ao nível do tabuleiro e também foi proposto retirar o trânsito para fazer uma avaliação da ponte.

Estão a ser feitos estudos mas ainda não há soluções nem orçamentos. Estamos a fazer o nosso trabalho e nós sabemos que a ponte fechada faz muita diferença às pessoas. Se tivessem fechado a ponte de Entre-os-Rios não se tinha demitido o Ministro, como vocês sabem.

De seguida vou responder ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia, e quero dizer-lhe que fiquei preocupado! Tenha cuidado quando associa a Câmara Municipal a estes eventos porque depois lá vem a oposição a dizer que esta Câmara Municipal faz muitas festas e o Senhor vem aqui elogiar com mais uma festa! É que há alguns que gostavam de acabar com isso tudo. Mas não acabam enquanto eu for Presidente. Quem me conhece sabe que eu sou muito determinado e por isso continuaremos a fazer o nosso caminho e a realizar os eventos que consideramos relevantes e que trazem valor para o Concelho. Há pouco o Eng.º Rafael até falou que eu prescindia da Volta a Portugal e o Rally Cidade de Oliveira do Hospital mas eu quero dizer ao Eng.º Rafael que esta opção não foi política mas sim económica. No meu entendimento, se eu tivesse dinheiro e, se não tivéssemos tido os cortes nas transferências do FEF, eu teria mantido estes eventos porque hoje dificilmente se confunde Oliveira do Hospital com Oliveira do Bairro ou com Oliveira de Azeméis. Se não houvesse estas dificuldades financeiras, porque esta Câmara Municipal também tem dificuldades para honrar as contas, eu nunca teria prescindido destes eventos.

Relativamente à intervenção da Deputada Cristina Carvalho quero dizer-lhe que também me associo às suas palavras.

Quanto à intervenção do Eng.º Rafael, nomeadamente no que diz respeito à fibra ótica, quero dizer-lhe que esta responsabilidade é do Governo, como o Senhor sabe.

Também quero informar que no âmbito da candidatura ao PROT Centro, Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia foram integradas como cidades estruturantes e por isso Oliveira do Hospital vai ser integrada num projecto

denominado Plano Integrado de Desenvolvimento Urbano. Estas obras são para requalificação da cidade e como sabem não podem ser obras relacionadas com estradas porque para a requalificação das estradas não há verbas disponíveis.

Se não tivéssemos que andar a pagar as dívidas que herdámos eu digo-vos que a maior parte dos problemas que os Senhores colocaram aqui já estavam resolvidos e eu também não quero contrair dívida para os outros pagarem e até porque devido à Lei das Finanças Locais também não o posso fazer. Também o que vos posso dizer é que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital tem hoje menos dívida do que quando eu iniciei as funções de Presidente como podem verificar pela documentação que vos foi entregue. Nós temos honrado os compromissos. Este Executivo não contraiu nenhum empréstimo.

Relativamente à questão da água quero informar que hoje a nossa água tem muito mais qualidade e que apesar dos aumentos ainda está abaixo do custo da média nacional mas se cumpríssemos as recomendações do Governo teríamos a água ao preço de dois euros por metro cúbico e por esse motivo no nosso Concelho ainda há défice tarifário como certamente percebem.

Há pessoas que não conseguem ouvir o que eu digo: Na última Assembleia Municipal eu trouxe aqui o relatório preliminar da Inspeção Geral das Finanças e como ainda não tenho o relatório final eu não o posso enviar à Assembleia. O relatório não acusa a Câmara de nenhuma ilegalidade até houve quem colocasse em causa se esta Câmara tinha pedido a inspeção à Direção Geral de Finanças.

Eu estou sereno, mesmo que as cartas anónimas sejam uma constante, todos os dias me deito na minha cama e durmo relaxadamente porque não tenho problemas de consciência e não tenho medo de nenhuma inspeção. Outros diziam que ao fim de seis meses que eu não era Presidente mas eu ainda cá estou e continuo aqui como Presidente da Câmara e ainda não fui acusado de nada para me tirarem o lugar mas se isso acontecer também cá estarei para me defender.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos entrar no Período da Ordem do Dia. Também há um Período de Intervenção do Público que como é habitual fica para o fim.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre a dívida a fornecedores quero dizer que, no dia trinta de novembro, a fornecedores diretos, sem as Águas do Zêzere e Côa, devíamos cerca de trinta e cinco mil euros. O número que está nos documentos de cerca de seiscentos mil euros está relacionado com a dívida às Águas do Zêzere e Côa.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dizer que já comuniquei pessoalmente ao Sr. Presidente da Assembleia, e até estive para fazer uma conferência de imprensa e não o fiz porque entendi que deveria dar primeiro conhecimento à Assembleia, apesar de tudo e do que se diz, eu tento cumprir algumas normas de ética, perante aquilo que está aqui a acontecer, esta vontade de condicionar, e os Senhores sabem que nunca foi assim que eu geri esta Assembleia, decidi que toda a correspondência que tiver com a Assembleia vou também enviá-la aos jornais.

Tenho pena de não ter aqui a ata em que o Sr. Presidente falou na história da auditoria, mas estou muito mais descansado porque eu estava preocupado, como é que o Senhor já tinha o relatório da auditoria! E, se o Senhor ainda não foi ouvido, eu no seu lugar começava-me a preocupar! Como sabe foi há poucos dias arrecadada uma pessoa que andaram mais de um ano a ouvi-lo. O Sr. Presidente da Câmara de Lisboa foi eleito com a maioria de nove, há um ano, e saiu agora, e, portanto, o que é nosso à nossa mão há de vir ter.

Sobre a notícia da BLC3. Não foi para isso que a BLC3 foi feita, para incubar empresas de serviços, mas pronto, vamos andando...

Parece que não moramos no mesmo Concelho, por aquilo que eu aqui vejo, mas eu sou de facto uma pessoa preocupada e a minha bandeira é superior à do partido, já abdiquei dela, porque eu, de facto, só tenho uma palavra.

Quanto ao que o Sr. Presidente aqui disse na última Assembleia eu tenho aqui os números porque o Senhor tem que se habituar que o António Lopes não anda aqui a brincar. O Sr. António Lopes quando vem aqui falar sabe muito bem do que é que está a falar e vem documentado não é só conversa.

Quanto ao jornal, foi esse jornal que o fez Presidente e também vai ser esse jornal que o vai tirar daí. Fique descansadinho e pode ter a certeza que vai!

Quanto ao Ponto I, basta olhar para a execução Social e olhar para as outras para se perceber que tudo o que aqui se diz é conversa e demagogia pura. Eu vou falar em números concretos no Ponto do Orçamento.

Eu continuo a dizer: Não sei se vivemos todos no mesmo Concelho! Tenho ali os documentos relativos às contas de dois mil e treze, tenho o orçamento de dois mil e catorze e tenho o orçamento para este ano e daqui a pouco eu já lhe ponho os números como deve ser. O Sr. António Lopes não gosta de festas mas subsidia-as, há quem goste de festas e nunca lá pôs um tostão. O Sr. António Lopes não gosta de bola mas põe lá dinheiro.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um Subsídio à União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto II - Aprovação, nos termos da alínea j), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um Subsídio à União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta genérica de concessão de isenções totais e ou parciais relativamente a tributos próprios para o ano de 2015, nos termos já fixados nos artigos 8º e 9º do Regulamento da Tabela de Taxas Municipais em vigor.

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta genérica de concessão de isenções totais e ou parciais relativamente a tributos próprios para o ano de 2015, nos termos já fixados nos artigos 8º e 9º do Regulamento da Tabela de Taxas Municipais em vigor, que foi aprovado por maioria com quatro abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio

fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2015, em 5%.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Neste momento, por melhor intenção que uma pessoa tenha para baixar esta participação no IRS, penso que não é possível. O Município de Oliveira do Hospital, como a maior parte dos Municípios, devido ao problema da sustentabilidade financeira não tem possibilidade de baixar esta participação no IRS. No distrito de Coimbra há dois municípios que não aplicam os 5%, é Arganil e Góis.

Pretendemos manter esta proposta que é igual à dos anos anteriores.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Não vou entrar em demagogia barata mas quero dizer que tenho a noção clara das muitas dificuldades que se põem a este Concelho. A minha questão é mais a da boa utilização do dinheiro e não é tanto a de baixar os impostos.

Agora, e como eu digo, o que eu vejo não é isso, e se é para gastar como se gasta acho que se devia ter em linha de conta este imposto considerando aquilo que hoje se passa nas famílias onde trinta por cento das crianças e seus familiares passam fome, ou andam muito próximo disso. Fazem-se apelos e campanhas de solidariedade, como ouvi há dias na rádio, que envergonham um País democrático e depois quando vamos tendo notícias com o que se faz com o erário público, da gestão criteriosa como muitos dizem, só que as notícias vão-nos dizendo que não é assim. Nessa perspectiva e, como digo, não sou eu que venho aqui dizer, baixe-se o imposto, eu venho é aqui dizer, gaste-se bem o dinheiro.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Pedi a palavra neste Ponto em particular e teria um discurso preparado mas o Sr. Presidente da Câmara já me desarmou porque o Sr. Presidente da Câmara foi sincero no que transmitiu em poucas palavras a esta Assembleia quando disse porque é que o Município não abdica desta parte do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares. E não abdica por uma questão de sustentabilidade financeira do Município. Essa é que é a verdade! Não é aquilo

que lemos na proposta que foi a votação de Câmara, porque isso não é verdade. A proposta que foi a votação de Câmara diz que a eventual fixação de uma taxa inferior beneficiaria os agregados familiares de menor rendimento. Isso é mentira!

Esta votação que foi feita no Executivo Camarário e a justificação que o Executivo Camarário dá para ficar com os cinco por cento do rendimento das pessoas não pode ser esta, porque fazem mais falta vinte euros a uma pessoa que ganhe duzentos euros do que mil euros a uma pessoa que ganha dez mil! Qualquer pessoa percebe isto!

Agora, o Executivo Camarário, na minha opinião, deveria ter tido a coragem, porque passa muito por aí, porque isto de ficar com os cinco por cento para a gestão pública e para a gestão do Executivo Camarário passa muito pela maioria socialista de que quando os socialistas são poder governam melhor o dinheiro dos outros do que os próprios outros e era preferível, e digo isto com sinceridade Sr. Presidente da Câmara, entregar o dinheiro à sociedade civil, libertando o dinheiro para a sociedade civil, do que ficarmos com ele e depois investimos muitas vezes em programas de duvidosa utilidade económica e de duvidoso incremento económico para o Município. Esta é uma crítica extensiva a todos os outros Executivos Camarários que fixam isto. Mas também é muito injusto para quem representa o CDS e o PSD ouvir-vos aqui dizer várias e repetidas vezes que o Governo deveria ter tido coragem, de baixar impostos! Então os Senhores quando têm a oportunidade de baixar impostos no Município não baixam! É aquilo que assistimos!”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Realmente o que o Dr. Luís Iagos disse é verdade. A justificação que temos aqui para se manter estes cinco por cento de receitas no fundo não se justifica de acordo com o que foi dito.

Como todos sabem é decorrente da Lei que os Municípios têm a faculdade de constituir como fonte de receita própria até cinco por cento do IRS gerado em cada Concelho. A maior parte das pessoas nem se apercebem desta situação. Essa é uma realidade transversal para todos os municípios de Portugal. A diferença está na percentagem que cada um deles aplica aos munícipes residentes no seu concelho, dispondo de autonomia para gerir essa percentagem e respetiva verba.

Apesar do país se encontrar melhor ainda subsistem muitas dificuldades para os portugueses, que sofrem com o desemprego, ordenados baixos, reduções dos salários e uma elevada carga de impostos. E, perante estas dificuldades a Câmara Municipal acha que a melhor forma de ajudar os oliveirenses é ficar com cinco por cento dos seus rendimentos.

O Executivo Municipal tinha em mãos a possibilidade de atenuar o peso fiscal sobre as famílias oliveirenses, poderia aplicar uma taxa intermédia, por exemplo dois virgula cinco por cento. Contudo, prefere agarrar-se à visão estreita de que uma eventual fixação de uma taxa inferior beneficiaria os agregados familiares de maiores rendimentos. Esta é uma falsa questão que pretende somente justificar uma opção política do Executivo Socialista.

Não vale a pena dizer que é uma prática comum no nosso concelho e que nunca se estabeleceu uma percentagem inferior a cinco por cento. Não podemos ficar agarrados ao passado, não é do passado que vivemos.

Não se pode justificar a não aplicação de uma percentagem inferior com a desculpa de que “o município tem em curso a aplicação de um amplo conjunto de apoios sociais direcionados aos estratos sociais mais desfavorecidos”.

Haveria outras formas de canalizar dinheiro para esses apoios, recorde-se que a Câmara Municipal tem, aparentemente, uma situação financeira que permitiria aguentar uma diminuição das suas receitas. Bastava, obviamente, contrabalançar com a redução da despesa. Reduzir na despesa e não nos serviços que presta. Bastava reduzir na despesa, por exemplo, com o número de Vereadores ou de alguns Assessores ou em projetos que muitas vezes não servem para nada.

Pelo exposto o nosso voto neste Ponto não pode ser favorável.

Mais uma vez dizer aqui que é preferível a própria Câmara ou o Executivo ter assumido que era necessário este dinheiro para se tornar mais sustentável do que estar a invocar razões que obviamente não são razões. Se calhar a proposta deveria ter sido feita num outro sentido.

Nós também queremos que a Câmara tenha condições para poder executar o seu serviço e para poder prestar serviços de qualidade. É óbvio que para justificar algo tem que se justificar com o que é correto e não com o que não existe.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Ouvimos aqui algumas intervenções que contrariam claramente as políticas que estão a ser aplicadas e a consciência dos modelos.

Entendo que esta situação que foi focada só se resolvia de uma maneira: Era aplicar uma percentagem fixa, como tem sido atitude de quem nos governa, ou percentagens variáveis ou por escalões ou de acordo com os rendimentos, o que não foi, nem vi, aqui defendido.

Tendo consciência da situação do País e da situação do Concelho, não provocada por este, mas das condições que lhe são advindas por situações externas e também como sabemos até hoje e que nos tem sido demonstrado por esta Câmara e pelo Sr. Presidente da excelente aplicação de fundos que tem feito, quer no mandato anterior quer neste, eu acho que só temos aqui uma posição: Não ir pelas políticas liberais que foram aqui defendidas anteriormente. Pugnar por um País melhor. Conseguir dinheiro para aplicar as políticas sociais. Não vejo outra possibilidade, quer em função do valor que está aqui previsto, quer em percentagem, de que não seja o voto a favor.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado Dr. Luís Lagos, o Senhor está preocupado com quem ganha oitocentos euros mas eu estou muito preocupado com quem ganha o ordenado mínimo de quinhentos e cinco euros, que vive com muitas dificuldades, e que não paga IRS. O Senhor teria razão se dissesse que isto desanuviava, e que podia ser pouco, uma classe média que tem sido castigada brutalmente por este Governo. Nisso estávamos de acordo. Nós podíamos trazer aqui, esta maioria, a aplicação de derrama às empresas em Oliveira do Hospital e, como sabe, não o fazemos. E não o fazemos porque achamos que a melhor maneira de combatermos a pobreza é através do investimento privado que cria emprego. Um País não se faz com a malandrice ou com as pessoas em casa sem trabalhar. Tenhamos todos consciência disso.

Por exemplo, dos dezanove Concelhos da CIM só dois é que não aplicam esta taxa. Eu pergunto aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia se eles estão dispostos a abdicar das verbas que nós lhes transferimos, ou então, e de acordo com a proposta do Deputado Dr. Nuno Vilafanha, eu pergunto aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia se estão disponíveis para que a Câmara Municipal desconte cinquenta por cento da verba que lhes é transferida. Eu sei qual é a resposta dos Srs. Presidente de Junta: Os Srs. Presidente de Junta vão dizer que não porque a verba que lhes é atribuída devido à delegação de

competências, sabemos que já é muito pequena. O que era agradável era podermos dar mais.

Mas eu também percebo alguns, porque queriam que eu não desse estas verbas. Ouvi no mandato anterior alguém da oposição afirmar que não concordava com a atribuição destas verbas porque os Srs. Presidentes de Junta não as sabiam aplicar. Era melhor “andar com o chapéu na mão” junto do Presidente da Câmara, mas eu não quero essa democracia para o Concelho e quero que os Presidentes de Junta de Freguesia recebam as suas verbas com dignidade e que não seja necessário “andar com o chapéu na mão” a subir constantemente as escadas desta Câmara como era no passado.

As verbas hoje são cada vez menos e para termos a casa equilibrada temos que prescindir de algumas coisas e temos que fazer uma correta reflexão para decidirmos onde é que as vamos gastar e nisso estamos de acordo e até se pode pôr em causa como é que elas se gastam porque é legítimo e nisso eu não tenho absolutamente nada contra. Mas quem elegeu esta maioria foi o povo e por isso esta é a nossa perspectiva.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2015, em 5%, que foi aprovado por maioria com uma abstenção e quatro votos contra.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação referente à transferência patrimonial da Assembleia Distrital de Coimbra para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“As Assembleias Distritais vão ter que passar os bens para CIM- Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Neste Momento há uma grande confusão com os bens porque há bens que já desapareceram. Existe também um artigo rústico que está localizado na Freguesia de Travanca de Lagos. Há uma grande polémica porque a Câmara Municipal de Coimbra diz que o Jardim da Manga não é da Assembleia Distrital mas que é da Câmara de Coimbra e também existe um problema relacionado com o aeródromo e por

isso há uma grande confusão. Por estes motivos estão a ser feitas análises jurídicas para que se possa cumprir com o que está definido em Decreto-Lei e para que a CIM possa adquirir esses bens.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto V - Apreciação e votação referente à transferência patrimonial da Assembleia Distrital de Coimbra para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2015/2018 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2015, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço na Câmara Municipal para 2015 que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e nos termos do nº 2, do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de orçamento.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este é um orçamento cada vez mais realista, e tem como base, e isto é importante que se diga, uma perspectiva de sustentabilidade financeira. Tem também outra variável que é importante: Termina num Quadro Comunitário e começa com outro, e isto faz a diferença.

Também quero dar-vos uma informação que na minha opinião é muito relevante: Na semana passada, assinei o contrato de apoio ao financiamento do Mercado Municipal e da Central de Camionagem. Este projeto será financiado em oitenta e cinco por cento. Informo, também, que há algumas obras que terão de se refazer porque a obra tem garantia. O Mercado Municipal não é uma obra perfeita é uma obra que tem algumas deficiências que estamos a tentar corrigir.

Dr. Luís Lagos, eu não faço oposição ao Governo, não tenho essa vocação, como depois iremos ver quando falarmos sobre a água.

Quando eu chegar ao final deste meu mandato esta Câmara Municipal, a longo prazo, não vai ter dívidas porque pagarei todas as dívidas que herdei. Acho que isto é um ponto de honra!

Também quero esclarecer algumas pessoas que prefiro ficar na história como um Presidente que não fez obra física mas que deixou as contas equilibradas na Câmara Municipal, porque isso quer dizer que não gastei aquilo que não tive e, não deixo para as gerações futuras dívidas para pagarem, como outros fizeram, contudo, também é importante informar que executámos obras participadas pelo Quadro Comunitário no valor de dez milhões de euros. O que é muita obra!

O Governo agora obriga os Municípios que têm sustentabilidade financeira a pagar setecentos mil euros para aqueles Municípios que não têm essa sustentabilidade financeira mas que têm as obras feitas nomeadamente obras de saneamento. Também é preciso reconhecer que pela primeira vez este Governo não nos dá dinheiro mas acrescentou alguma coisa às transferências do Estado. Não houve uma descida direta. Houve realmente um aumento com o qual eu me congratulo.

Eu considero a sustentabilidade financeira do Município muito importante e para terminarmos com os problemas de saneamento e abastecimento de água no Concelho teremos que ter apoios do Quadro Comunitário porque para terminarmos este ciclo é preciso fazermos um investimento de cerca de três milhões de euros. Para resolvermos este problema definitivamente, porque ainda temos muito para fazer nesta área, e para chegarmos perto dos noventa e cinco por cento de cobertura de Saneamento porque não é possível cobrir os outros cinco por cento. Relativamente ao abastecimento de água já estamos mais perto. Nesta fase inicial de 2015 levaremos a água ao Parceiro, ao Alentejo e ao Covão e ainda há um conjunto de obras que teremos de preparar.

O Governo dá-nos uma verba maior mas depois obriga-nos também a devolver uma parte da verba. Obriga-nos a amortizar uma parte nos empréstimos a longo prazo, por exemplo, em dezembro vamos amortizar um empréstimo no valor de trinta e oito mil euros. A receber a mais no IMI serviu para amortizar mais um empréstimo isto é o que permanentemente fazemos.

Este ano, do dinheiro que nos deram, vamos utilizar duzentos e trinta mil euros para amortizar nos empréstimos a longo prazo e depois também temos mais quase cem mil euros para o Fundo de Financiamento dos Municípios. Só vão ficar para a Câmara Municipal, em termos de aumento de receita, cerca de cento e vinte mil euros.

Mas ainda há outra característica: Os custos com os transportes escolares do ensino secundário, que eram da responsabilidade do Governo, foram

transferidos para os Municípios. Os Municípios vão ter que pagar os transportes escolares do ensino secundário na totalidade.

O que é que acontece em Oliveira do Hospital? Estes alunos já tinham o transporte pago pela Câmara Municipal. A Câmara Municipal, do mandato anterior, tinha deliberado no sentido de isentar estes transportes escolares.

Neste Orçamento Municipal há também uma nova visão relativamente ao empreendedorismo.

Relativamente às verbas destinadas à Ação Social eu congratulo-me por não ter gasto todas as verbas que estavam projetadas. Isto não é mau sinal! Quando alguns pensam que essa execução baixa é mau sinal estão enganados! Esta execução baixa significa que não houve necessidade de injetar esse dinheiro e isso é um bom sinal que indica que a economia se está a revitalizar.

Lançámos o programa Ativos Sociais, em conjunto com as Juntas de Freguesia, que foi copiado por muitos Municípios e iremos lançar outro programa que se chama Proativos que servirá para apoios à contratação nas empresas até porque o próximo Quadro Comunitário irá financiar projetos que visem a criação de postos de trabalho.

Vocês todos sabem que Bruxelas não aceita mais obras físicas no País.

Durante a elaboração deste Orçamento Municipal foram ouvidos os representantes dos partidos e foram feitas propostas muito interessantes do CDS.

Este novo Quadro Comunitário financiará projetos que visem a criação de emprego e por isso temos que apoiar os empresários a preparar esses projetos.

A CIM de Coimbra está a criar um gabinete de apoio ao empresário e à exportação, vamos ter uma megaestrutura dentro da própria CIM, e depois teremos pessoas dentro das Câmaras Municipais que farão a ligação dos empresários com a CIM. Desta forma os projetos serão centralizados e terão uma dinâmica maior e todos os procedimentos ficarão mais baratos às Câmaras Municipais.

Por isso, a segunda prioridade neste Orçamento é o investimento.

Dizer-vos também que neste momento já não há lotes disponíveis na Zona Industrial. Há um conjunto de empresas que vão criar cerca de cento e vinte postos de trabalho e que irão efetuar um investimento de cerca de oito milhões de euros. Teremos que lançar rapidamente uma ampliação e uma área empresarial diferente daquela que temos.

Quero dizer que estou de acordo com algumas críticas que se fazem à nossa Zona Industrial porque ela precisa de ser melhorada e o rosto dela precisa de ser melhorado. Precisa de ser bastante melhorado, na minha opinião.

É verdade que baixámos a verba na rubrica da Educação porque deixámos de ter AEC e por isso são menos cerca de cem mil euros. As AEC passaram para a gestão do Agrupamento de Escolas.

Também baixámos nas refeições escolares porque há um número de alunos que vem diminuindo. De qualquer das maneiras, a rubrica da Educação é uma rubrica bastante elevada.

Nas compras temos indicadores para reduzir sete por cento e na massa salarial perspetivamos reduzir quatro por cento.

Relativamente à contratação de pessoal quero informar que há uma fórmula no Orçamento de Estado para dois mil e quinze que não nos deixa contratar muito mais pessoal.

A Câmara Municipal, por ano, gasta em vencimentos e encargos com pessoal quatro milhões de euros, o que é uma verba muito elevada para a capacidade da Câmara Municipal. Hoje, temos menos cinquenta e dois trabalhadores em relação àquilo que eu herdei no passado.

Aquilo que eu vos trago aqui no mapa de pessoal são algumas contratações mas muitas têm a ver com pessoas que já cá estão dentro e que adquiriram habilitações para poderem disputar outros lugares e por isso não haverá um aumento de custos.

Em termos de funcionamento da Câmara Municipal o relatório preliminar da Inspeção Geral de Finanças indicava-nos que deveríamos melhorar o Estaleiro Municipal e ter outro controlo e é isso que nós neste momento estamos a fazer e que a partir de janeiro iremos inverter.

Também devemos fazer um conjunto de obras no Estaleiro Municipal. Tínhamos um projeto para o novo estaleiro no valor de três milhões de euros mas não acredito que neste momento haja dinheiro no Quadro Comunitário para fazer esta obra e por isso também temos que dar outro aspeto àquele estaleiro.

Pela primeira vez este Município tem um Regulamento para apoiar as empresas. Este Regulamento foi elaborado com a colaboração e empenho do Vereador Dr. João Ramalheite.

Não posso deixar de dar uma palavra de admiração aos empresários de Oliveira do Hospital porque os seus investimentos trarão maior riqueza para o Concelho.

Estamos a criar um projecto muito interessante em parceria com as Juntas de Freguesia. É o projeto Casa Digna. Neste projecto vamos gastar cento e cinquenta mil euros e tem como finalidade melhorar as condições de vida para as pessoas idosas sem rendimentos.

Por outro lado há outro programa que também considero relevante é o programa Melhor Ambiente-Oliveira do Hospital. É preciso construirmos um Plano Estratégico porque tudo isto tem que ser integrado neste Plano Estratégico. Eu não me posso candidatar se não tiver um Plano Estratégico onde a Assembleia Municipal tenha reconhecido que é de interesse para o Concelho.

Este Orçamento tem ambição porque perspectiva estas linhas do novo Quadro Comunitário.

Estamos também a fazer um projeto no âmbito da Eficiência Energética porque vai haver dinheiro no próximo Quadro Comunitário. Este projeto será um projeto conjunto com todos os outros dezoito Concelhos da CIM.

Este Orçamento é um orçamento com alguma retração financeira mas tem a ambição de construir um Concelho melhor fazendo com que as obras físicas sejam hoje mais discutidas e mais calendarizadas em termos de prioridade.

Este projeto do Saneamento é um projeto ambicioso, é um projeto para a resolução dos problemas de saneamento do Concelho, como por exemplo a zona da Catraia de São Paio, a zona de Galizes, a zona de Rio de Mel e outras zonas. Acredito que no final deste mandato e com a realização deste projecto consigamos atingir os noventa e cinco por cento de obras de saneamento no Concelho de Oliveira do Hospital.

No que diz respeito à água em janeiro vamos concretizar mais obras e, tirando algumas quintas mais dispersas, não haverá núcleos com a água sem qualidade no Concelho de Oliveira do Hospital.

Este é um Plano e Orçamento realista. Por minha vontade ele ainda deveria ter menos dois milhões de euros o que não foi possível devido à flexibilização das medidas do Quadro Comunitário. Se este Plano e Orçamento tivesse dois milhões de euros a menos ainda era mais realista.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos lá então aos números para ver se a gente se entende e quero dizer desde já que estes números são todos da Câmara não são meus porque eu não invento coisas.

O Orçamento que nos é apresentado, pouco ou nada difere dos que aqui temos aprovado, ao longo dos anos. As rubricas ou capítulos, como queiram, são sempre as mesmas, o dinheiro, esse, é cada vez menos, as prioridades são iguais.

Analisando as contas aprovadas em abril de dois mil e treze, o mapa de execução que nos foi apresentado no Ponto I, o Orçamento para dois mil e catorze e este que hoje estamos a discutir, tem umas pequenas engenharias mas nenhuma novidade.

Em definitivo, aconteça o que acontecer a matriz é sempre a mesma. Educação e Formação Profissional não muda porque a responsabilidade maior é do Estado, e está transferida para a autarquia. O grau de execução é o mais elevado, porque não pode ser de outra maneira.

A Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres é o capítulo privilegiado deste Executivo.

As rubricas “Apoio aos Clubes e Associações Desportivas” e “Associações Desportivas Sem Fins Lucrativos” são as “meninas dos olhos” deste Executivo com um grau de execução próximo dos cem por cento. Para ser mais rigoroso, noventa e nove virgula trinta e dois por cento!... É o item rei do Orçamento Municipal em termos de execução financeira. E como as críticas são muitas, inventou-se uma originalidade. Corta-se ao “irmão mais velho” (apoio aos clubes) e aumenta-se ao “irmão mais novo” “ Associações Desportivas Sem Fins Lucrativos”, que vai levando a fatia que se corta ao “mais velho”.

Em dois mil e treze foram orçamentados quatrocentos e sete mil e quinhentos euros para Apoio aos Clubes e vinte e cinco mil euros para as Associações Desportivas. Não sei bem qual é a diferença entre estas duas rubricas, portanto quatrocentos e trinta e dois mil e quinhentos euros. Destes, foram concedidos quatrocentos e dezasseis mil quinhentos e quarenta e três euros e setenta e sete cêntimos, o que equivale a noventa e seis vírgula trinta e um por cento! Em dois mil e catorze foram orçamentados trezentos mil euros para o Apoio aos Clubes e cem mil euros, quatro vezes mais, às Associações. Logo, um total de quatrocentos mil euros.

Neste orçamento, o apoio aos clubes desce para duzentos e oitenta mil euros e o Apoio às Associações sobe para cento e cinquenta mil euros! Portanto, quatrocentos e trinta mil euros. Recapitulando, quatrocentos e trinta e dois

virgula cinco mil euros em dois mil e treze, quatrocentos mil euros em dois mil e catorze, quatrocentos e trinta mil euros mais trinta mil euros em dois mil e quinze. Dito de outra maneira, falte onde faltar, para a bola não falta. Não é difícil compreender porquê! Pessoalmente, nada tenho contra a bola. O que tenho são prioridades e, não são estas.

E onde é que falta? O apoio à natalidade teve orçamentado, nos mesmos três anos, cento e vinte e cinco mil euros em dois mil e treze, cem mil euros o ano passado, cento e vinte e seis mil euros este ano. Só que, em dois mil e treze foram gastos neste subsídio trinta e quatro mil e cinquenta e um euros e sessenta e sete cêntimos, isto é vinte e sete virgula vinte e quatro por cento!

Em dois mil e catorze a rubrica Família, Solidariedade e Ação Social tem nas GOP's setecentos e cinquenta mil euros, no mapa do ponto I fala-se em quinhentos e trinta e nove mil e novecentos euros e foram gastos, até trinta de novembro, cento e oitenta e cinco mil oitocentos e setenta e seis euros e setenta e um cêntimos, o mesmo é dizer, trinta e quatro virgula quarenta e três por cento!

No Ensino Superior estavam orçamentados, em dois mil e treze, sessenta e seis mil euros. Foram gastos, no total cinquenta e dois mil oitocentos e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos, o que representa oitenta virgula treze por cento. Em dois mil e catorze estavam orçamentados setenta mil euros para este apoio. Não sei quanto foi gasto. Mas sei que, neste Orçamento, baixou para cinquenta mil euros.

Todos sabemos como está o emprego, como está a carga fiscal, as dificuldades com que vivem as famílias.

Num artigo de opinião publicado na Comarca de Arganil, com a devida vénia, o nosso conterrâneo Prof. Telmo Miranda, vem dizer-nos esta coisa horripilante. No Concelho de oliveira do Hospital, por cada criança que nasce temos dez óbitos! Eu, nem quero acreditar na crueza destes números. A ser verdade, e não tenho números para desmentir, quantos seremos daqui a uns anos? Não ignoro os estudos que apontam para seis milhões de Portugueses dentro de quarenta anos. Por aqui a razia, parece, vai ser bem maior.

Perante este quadro negro, o que faz o nosso Executivo? Gasta, este ano até trinta de novembro, menos de duzentos mil euros no apoio à família. Em dois mil e treze gastaram-se, considerando todos os apoios, duzentos e trinta e três mil trezentos e vinte e três euros e cinquenta e nove cêntimos, cinquenta e quatro virgula trinta e dois por cento do orçamento.

Na Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, vejam a verba destinada ao apoio aos Clubes e Associações Desportivas. Para dizer que, definitivamente, a opção deste Executivo é clara. Os números não deixam mentir.

Como se não bastasse, a água foi aumentada sessenta e sete por cento e o IRS é aplicado na taxa máxima.

Sr. Presidente da Câmara, deixemos as nossas quezílias pessoais de lado, um minuto, e deixe que lhe pergunte aqui, diante de todos os representantes do Concelho: Foi isto que andámos, de braço dado, a prometer às pessoas? É isto o “Tudo pelas Pessoas” de que falámos na campanha? O Senhor não é mesmo capaz de fazer melhor e não é capaz de descortinar que há mais Concelho para lá do desporto? O Senhor é o principal responsável, em termos executivos, por mais de vinte mil almas que já não sabem o que fazer das suas vidas.

O Senhor é responsável por combater esta terrífica desertificação. O Senhor não pode ter este jugo de um aumento de sessenta e sete por cento de água e cinco por cento de IRS em cima das pessoas que já não sabem como pagar.

Tenho consciência da diminuição da receita. Tenho consciência das dificuldades orçamentais. Não sou dado a demagogias. Não lhe exijo obra, mas exijo aquilo que o Senhor aqui assumiu, que deixaria o que tivesse que deixar para ajudar as pessoas perante as dificuldades que já então eram bastantes acentuadas.

Isso era verdade na campanha é verdade, e com que agravamento, hoje. Por isso, se votasse, e não voto em Ponto nenhum, não podia votar favoravelmente este orçamento. Faço-lhe um apelo, em nome das famílias carenciadas, em nome do combate à desertificação, em nome dos jovens que têm direito à educação e a um futuro, em nome da fixação das pessoas. Se é para cortar, se tem que cortar, e admito que sim,...

Faço-lhe a vontade, Sr. Presidente da Mesa, termino aqui a minha intervenção e vou concluí-la o no jornal Correio da Beira Serra.

A mim ninguém me cala, como diz Manuel Alegre.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Vou ser breve nesta minha intervenção mas antes disso permitam-me só um parêntese: Quero fazer um agradecimento às intervenções aqui efetuadas e

que fazem referências elogiosas à Liga de Travanca de Lagos nomeadamente à construção da Árvore de Natal Ecológica. Foi um trabalho de uma comunidade, da qual eu faço parte, e com o qual a Junta de Freguesia se sente orgulhosa.

Sr. Presidente da Câmara, quero dizer-lhe que é com agrado que vejo na rubrica Incremento da Inovação e do Conhecimento contemplado um valor de trezentos e onze mil e quinhentos euros. Acho que é muito bom, dentro deste Orçamento possível. Penso que o futuro está no conhecimento. O grande capital do futuro é o conhecimento como tal fico contente por ver esta verba no Orçamento.

De certeza absoluta que este Orçamento não é o Orçamento do Sr. Presidente da Câmara, não é o meu Orçamento e, por ventura, não é o Orçamento de cada um de nós. Penso que talvez seja o Orçamento possível neste contexto económico em que estamos.

Nas Grandes Opções do Plano, nomeadamente na página onze, vejo contemplada uma estrada, que para mim é fundamental, e que é das estradas mais movimentadas do Concelho: É a estrada que vai do Pinheiro dos Abraços até Andorinha e também com a variante para Lagares da Beira. São duas estradas com bastante movimento.

Referir, também, que fico contente por ver que se pretende que o Saneamento atinja uma taxa de noventa e cinco por cento e espero que as obras de saneamento na Freguesia de Travanca de Lagos esteja incluído nestes noventa e cinco por cento, nomeadamente em Negrelos, assim como o abastecimento de água em algumas localidades: Adarnela, Alagoa, etc.

Fico preocupado por este Orçamento não dar maior atenção à defesa do meio ambiente. De facto, a verba que está contemplada na defesa do meio ambiente é muito pequena. Poderão dizer-me que está diluída noutras rubricas nomeadamente na requalificação dos açudes. Espero que nesta requalificação de açudes esteja o da Ponte do Rio Cobral para que seja considerado, no futuro, um ponto de água para abastecimento em casos de incêndio.

Quero deixar aqui um desafio: Penso que o Concelho de Oliveira do Hospital necessita urgentemente de um plano estratégico a médio e a longo prazo. Isso tem que ser assumido por todas as forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal, com todas as forças vivas do Concelho, e com os empresários.

Deixo este desafio ao Partido Socialista, por ser a força política com maior representação nesta Assembleia, para dar o passo em frente e também às outras forças políticas para que em conjunto se comece a pensar num plano

estratégico a médio e a longo prazo para o Concelho de Oliveira. Espero que no próximo Orçamento já sejam visíveis os reflexos desse consenso em torno de grandes opções e de grandes objetivos. Qualquer Oliveirense que se preze não pode deixar de caminhar neste sentido. Temos que esquecer que as eleições já passaram e não nos podemos esquecer do que é fundamental.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Após uma análise dos documentos relativos às GOP e ao Orçamento para dois mil e quinze congratulamo-nos pelo facto do Executivo querer enveredar por uma estratégia assente na prossecução de uma política de rigor orçamental tendo em vista promover o equilíbrio financeiro da autarquia.

Obviamente que também concordamos com o pagamento ou amortização das dívidas existentes resultantes de empréstimos e de fornecimentos de produtos e serviços contudo, preocupa-nos verificar que qualquer dia só haverá dinheiro para pagar os encargos com os empréstimos, para despesas de funcionamento e para salários.

Resta saber se o atual e aparente rigor no controlo e esforço para gerir e equilibrar as contas no Município não sejam feitos a pensar nas próximas eleições autárquicas. Poupar agora, para esbanjar depois.

Os Oliveirenses precisam e querem ver investimentos e obras nos quatro anos e não somente no último ano, o ano das eleições.

Mas, olhando para o Orçamento e para as GOP não encontramos muito que vá de encontro às pretensões dos Oliveirenses. Oliveira do Hospital precisa de muito mais, precisa de outras políticas e de opções válidas que tragam mais e melhor bem-estar aos Oliveirenses e por isso não podemos concordar com esta política que não apresenta, verdadeiramente qualquer estratégia clara e credível de desenvolvimento para o nosso concelho.

Não podemos aceitar, como se deixa transparecer, que a Câmara Municipal adormeça, que entre em letargia e reduza em muito as suas funções, algumas delas tão simples e básicas, como a manutenção das estradas, o arranjo de caminhos, a limpeza das ruas, a criação de passeios ou a marcação de estradas e passadeiras. Basta olhar à nossa volta e verificar o que se passa, por exemplo, na sede do concelho.

Não podemos aceitar que a Câmara Municipal não promova ou concorra, de forma efetiva e estratégica, para a dinamização económica de Oliveira do Hospital através de um conjunto de políticas concertadas de forma séria, que

promovam e levem à instalação de novas atividades económicas no Concelho e à criação de novos postos de trabalho.

Não é à custa do emprego prometido na Câmara Municipal, Juntas de Freguesia ou em algumas instituições do Concelho ou com os estágios profissionais que o desemprego diminui ou se estagna a fuga de jovens e menos jovens do concelho, é com a instalação de novas fábricas e novo comércio que tal acontece.

Os Executivos Camarários não podem pensar sempre nos seus municípios para pagarem os seus gastos, os seus caprichos, a sua irresponsabilidade e, genericamente, as suas despesas. Já todos pagamos impostos a mais. E nesse sentido somos favoráveis à diminuição dos valores como o IMI para os valores mínimos e que o IRS a devolver aos Oliveirenses fosse na ordem dos dois virgula cinco por cento. Ainda mais se justifica tendo em conta a atual conjuntura económica e social. Obviamente terá que haver sempre receitas de taxas ou impostos para pensar em investimentos no futuro e para poder cumprir os serviços que se esperam duma Câmara Municipal.

É certo que, para fazer face à quebra das receitas, a Câmara Municipal teria de controlar as suas despesas e fazer uma gestão mais eficiente dos seus recursos. Poderia, por exemplo, reduzir a despesa com o elenco do Executivo Municipal, onde não se justificam o número excessivo de Vereadores, tanto a tempo inteiro como a tempo parcial. Poderiam diminuir no número de assessores que prestam auxílio ao executivo municipal, poderiam diminuir os custos com organizações cuja existência ou benefícios não se justificam. Estes são alguns exemplos mas, certamente, há muito mais onde se pode diminuir os custos sem perder ou por em causa o serviço prestado ou as condições dos funcionários.

Não podemos esquecer a questão da tarifa da água que toca a quase todos. Foi, sem sombra de dúvida, mais um contributo importante dos Oliveirenses para as contas da Câmara. A generalidade da população queixa-se do aumento da tarifa da água. Digamos que defendemos, nesta e noutras matérias, o princípio do utilizador pagador mas, convenhamos, foi um aumento brusco, muito acentuado e que se reflete diretamente na nossa carteira. Este aumento deveria ter sido faseadamente e deveria ter sido acompanhado de medidas de redução de despesa para que as pessoas não sentissem que o esforço é só delas.

Relativamente às Juntas de Freguesia, é notório que a maioria conquistada nas eleições tem sido uma batata quente nas mãos do Executivo

Municipal e do Partido Socialista e com a qual não conseguem lidar. Resultará daqui um afastamento cada vez maior da Câmara Municipal em relação às Freguesias e a outras instituições do concelho. Prometeu-se demais e agora não há como cumprir.

Continuamos a achar que as Juntas de Freguesia não têm o lugar de destaque que merecem, que não lhes são dados os meios necessários para fazerem mais obras, com um custo mais baixo e de acordo com as necessidades locais que os Presidentes de Junta tão bem conhecem. Falando com alguns deles, o discurso bate sempre no mesmo ponto: não há dinheiro para obras e nem vale a pena pedir.

Defendemos a aposta nas Políticas Sociais, nomeadamente no auxílio dos mais desfavorecidos e dos mais idosos. Há outros aspetos que devem ser muito bem equacionados e pensados a longo prazo, a questão da saúde e dos cuidados aos mais velhos. É muito bonito falar-se em incentivos à natalidade mas, de forma urgente, temos que lidar com esta realidade presente, o envelhecimento do Concelho.

Todo o investimento e atenção dada ao desenvolvimento industrial, nomeadamente com a ampliação e melhoria da zona industrial existente ou construção de uma nova zona industrial peca por tardio. Ontem já foi tarde demais. A falta de aposta séria e clara na criação de condições e a captação de empresas levou a que o Concelho fosse perdendo, ao longo dos anos, competitividade em termos locais e regionais.

Gostaríamos de saber como pretende o Executivo atrair investimento para o nosso Concelho. Com que verbas vai a autarquia adquirir ou expropriar os terrenos e criar as infraestruturas necessárias? Quais são os incentivos que vão ser dados às empresas que se pretendem instalar e onde vai a autarquia buscar dinheiro para fazer face a esses incentivos. Nos documentos apresentados não se vislumbra uma estratégia ou ideia clara sobre este assunto. É tudo muito vago e genérico.

Deve haver uma aposta clara no Turismo, mas primeiro tem de se pensar o que se quer, quais são as nossas mais-valias e, de acordo com essa visão e estratégia, criar-se um verdadeiro produto turístico.

Deve facilitar-se a criação e a instalação de empresas ligadas a este setor e não criarem-se constrangimentos e obstáculos. É, no mínimo estranho o facto de não termos um hotel na cidade de Oliveira do Hospital. Vamos chamar turistas a Oliveira do Hospital e depois vamos encaminhá-los para Seia ou Tábua?

Há um setor estratégico para o nosso Concelho que não tem a importância devida vertida nos documentos apresentados, a Agricultura e a Floresta, para os quais vai haver bastantes fundos comunitários. São setores de atividade que podem ser de futuro e que podem gerar muitos empregos.

Neste plano de atividades de orçamento não há obras realmente estruturantes para o nosso Concelho. É lamentável que ano após ano se vejam consagrados nos orçamentos obras fictícias, obras para imagem mas que nunca são concretizadas, que ficam somente no papel e nas intenções, como aconteceu com a ESTGOH. Algumas delas, diga-se, é melhor que não saiam do papel, como a construção do estaleiro municipal que o executivo pretende e com o qual não concordamos.

Resumidamente, os documentos apresentados são mais do mesmo. Refletem as políticas da maioria e que, na nossa opinião, não trarão desenvolvimento ao Concelho, não criarão riqueza, não fixarão as pessoas, não captarão investimentos e resultarão seguramente num concelho cada vez mais envelhecido, sem oportunidades para os mais novos e menos jovens, um Concelho sem futuro.

Este é um orçamento que, genericamente parece limitar-se somente a gerir a despesa corrente. Infelizmente representam mais um ano perdido para o desenvolvimento de Oliveira do Hospital.

O Orçamento Municipal para dois mil e quinze e as Grandes Opções do Plano, apresentados pelo executivo socialista não vão ao encontro das necessidades das pessoas, não promovem o desenvolvimento e o progresso do Concelho e, mais uma vez, mostram uma clara falta de estratégia, de ambição e de rumo para o Concelho e para o seu futuro.

Por estes motivos o Partido Social Democrata vota contra estas propostas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Orçamento, com todos os condicionalismos que ele tem, vou votar favoravelmente porque é um Orçamento realista e rigoroso. Verificamos que este Orçamento reflete um esforço para a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal, o que é bastante importante.

Temos, também, algumas prioridades refletidas nas GOP's direcionadas para a Ação Social com diversas propostas, o que vai refletir-se na melhoria da

qualidade de vida das pessoas deste Concelho, pelo menos dos mais desfavorecidos.

Também tem outra vertente que é o desenvolvimento económico, que eu acho que é essencial para o desenvolvimento do Concelho, o que estará implícito no fomentar de algumas medidas para a criação de emprego.

Por último, e com todas estas restrições que nos são impostas devido ao momento que vivemos, ainda aparecem algumas obras físicas, nomeadamente o antigo Quartel dos Bombeiros de Lagares da Beira que já anda nas GOP's há doze anos. Se nós exigimos que alguns edifícios que estão em decadência sejam arrançados porque colocam em risco a segurança das pessoas, é o caso do antigo Quartel dos Bombeiros de Lagares da Beira que está realmente numa situação muito precária e que é propriedade da Câmara Municipal, e, por isso, vejo com alguma satisfação, apesar de todos estes condicionalismos, esta obra no Orçamento.

Por tudo isto vou votar favoravelmente.

Queria também desejar um bom Natal a todos e a todas as famílias e que o novo ano traga saúde, mais dinheiro e melhores condições.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por anunciar a intenção de voto: A intenção de voto é negativa. Votarei contra o Orçamento e direi porquê.

Vou fazer uma intervenção mais calma do que a última, até porque já estamos um bocadinho imbuídos pelo espírito natalício, já paira aqui no ar alguma aura de Natal, de bondade e de perdão e, portanto, será uma intervenção mais apaziguadora do que num tom de alguma agressividade.

Começava por dizer, Sr. Presidente da Câmara, que, de facto, eu reconheço isso, tem sido muito difícil ser Presidente de Câmara, Presidente de Junta, Primeiro-ministro, nestes últimos anos. Todos conhecemos a situação com que o País se confronta e das dificuldades económicas a que o País teve que fazer face. À banca rota em que o País caiu, a história é conhecida, e a história será gravada e a história será contada.

Apesar de ser difícil, e mesmo assim, poder-se-ia fazer um pouco melhor. E fazer um pouco melhor era fazer um Orçamento para o nosso Município onde se gastasse mais em Família e Ação Social do que se gasta em Cultura e Desporto.

Não podemos ter um Orçamento de um Executivo Camarário que se diz o Executivo Camarário da área social e depois é um Executivo Camarário que apresenta um Orçamento onde se gasta muito mais em Cultura e Desporto do que em Família e Ação Social. Gastamos mais em Cultura e Desporto do que em Saúde. Gastamos mais em Cultura e Desporto do que em Educação. Gastamos mais em Cultura e Desporto do que em Desenvolvimento Económico. O Sr. Presidente da Câmara perdoar-me-á mas não posso votar a favor.

Depois dizer-lhe que há pouco, não fosse este espírito natalício que paira já na Assembleia Municipal e também a amizade, ter-lhe-ia pregado uma partida porque fez aqui um discurso muito bem feito: É preciso descentralizar para as Juntas; É preciso oferecer competências aos Srs. Presidentes de Junta e oferecer-lhes recursos económicos para a execução dessas mesmas competências. Quase tive vontade de fazer uma recomendação para ser votada na Assembleia Municipal para que possamos não oferecer quinhentos e cinquenta mil euros às Juntas de Freguesia mas oferecer-lhes um milhão de euros, porque não, porque as palavras têm que condizer com a ação política. Nós não podemos ter um discurso e uma ação política totalmente divergente desse discurso. Não o fiz por causa desta amizade e deste espírito natalício que paira na Assembleia Municipal.

Depois, Sr. Presidente da Câmara, quero deixar-lhe uma pergunta: Hoje em dia na ação política, seja no Concelho de Oliveira do Hospital ou em qualquer outro do País, há a tendência para um discurso miserabilista, o discurso de *Robin Hood*, de coitadinho do desfavorecido, e um conjunto de programas sociais, este Governo também entrou um bocadinho nisso, que é o deitar dinheiro para cima dos problemas, e não criamos trabalho, não criamos economia, não criamos nada, e aparece-nos aqui hoje o projeto da Casa Digna. Eu não digo que não tenhamos problemas de habitação mas este tipo de programas de Ação Social têm que ser muito bem pensados e tem que se saber exatamente onde é que estamos a gastar dinheiro, porque estamos a desfavorecer a economia real por causa de uma economia social paralela que tem sido criada pelo Estado.

Depois anunciou aqui um conjunto de novos investimentos para o Concelho, que são bem-vindos e que o CDS elogia e que elogia o seu papel na captação desses investimentos, mas deixou-lhe já uma recomendação e um pedido: Isente imediatamente esses novos projectos de todas as taxas Municipais. Dê-lhes uma isenção de cinco anos de IMI. Faça já isso. Seja amigo do investimento. Não nos podemos congratular e aplaudir o novo investimento e

depois não ter uma ação política que se coadune com esse discurso. Informar também essas empresas dos apoios que temos para a contratação e perceber a área onde atuam e as matérias-primas que necessitam para fazer uma interligação com outras empresas que possamos ter no nosso Concelho.

Uma outra pergunta que gostaria de lhe fazer é sobre a BLC3: A BLC3, no entender do CDS, pode ser um instrumento de poder económico, de atração de investimento, de criação de emprego, de criação de jovens empreendedores, mas, devo-lhe dizer que a sensação de quem está de fora, a sensação do público que olha para a BLC3 até ao dia de hoje, e não estou a dizer que não se faça muita coisa positiva na BLC3, mas a sensação que paira no ar é uma sensação de que depositamos ali dinheiro para alimentar uns salários e não passa disso. Eu acho que o papel do Município não pode ser o depositar todos os anos ali um conjunto de dinheiro para aguentar os salários. É preciso exigir. Nós temos que exigir resultados e temos que saber que tipo de resultados é que aparecem. E não é resultados para o Queijo da Serra porque aí eu até conheço o setor e acho que são um conjunto de patéticas e de coisas ridículas, discuto isso com quem quiser. Se nós depositamos dinheiro na BLC3 temos que saber para quê? Temos que saber qual é o resultado do nosso dinheiro na BLC3!

Sr. Presidente, termino desejando-lhe uma boa continuação do seu mandato. É muito mais fácil, e digo isto sem qualquer tipo de problema, estar do lado daqui do que do lado daí. Faço votos para que no novo ano vida nova. Tenhamos um Concelho virado para a economia real, para o empreendedorismo e para o crescimento económico.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Eu também vou tecer algumas considerações em relação às GOP: Primeiro, e como já aqui foi referido, se calhar, este não é Orçamento que todos nós gostaríamos mas é o Orçamento que é possível. Nas nossas Freguesias também fazemos o mesmo.

Eu vou votar favoravelmente este Orçamento e vou explicar porquê: Primeiro porque tem verbas para a minha Freguesia e apesar de serem poucas são muito importantes para gerirmos a nossa Freguesia.

Depois, também estou com a expectativa de que algumas verbas que andam no Orçamento há muitos anos e vamos ver se no próximo ano conseguimos fazer essas obras

Também queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara e a todos nós para ver se nos empenhamos em resolver o problema do saneamento porque em Meruge e em Nogueirinha ainda temos alguns problemas e alguns deles bastante graves para resolver. Também chamar a atenção da Sra. Ministra porque ela tinha prometido, aquando das interpelações que lhe fizeram, que as duas ETAR's e as duas estações elevatórias iriam ser construídas em dois mil e catorze e estamos no final de dois mil e catorze e as estações elevatórias não foram construídas e, portanto, temos que perguntar qual o motivo. Está a ETAR pronta e só está uma estação elevatória a funcionar e as outras fossas continuam a deitar directamente para o rio.

Outro assunto que quero referir e que também já foi aqui falado é sobre os Caminhos Rurais: Os Caminhos Rurais são muito importantes para as pessoas das Freguesias e pedia que a manutenção desses caminhos fosse feita no verão porque no inverno é impensável colocar nesses caminhos máquinas porque depois os caminhos ficam cheios de lama e ficam intransitáveis. No verão as equipas de manutenção dos caminhos rurais tem que estar a funcionar em pleno para poder dar respostas no Concelho todo.

Também dizer que apesar das verbas que estão destinadas às colectividades também temos que enaltecer o trabalho que é desenvolvido nas nossas comunidades, nas nossas Freguesias, pelas colectividades e na maior parte delas de forma gratuita.

Também quero falar dos dez mil euros que a Câmara Municipal atribuiu à Associação dos Amigos de Meruge para remodelação da sua sede. A Associação dos Amigos de Meruge não esteve à espera que fosse só a Câmara a participar com o dinheiro. A Associação fez uma candidatura à ADIBER, o Sr. Presidente da Câmara também teve um papel muito importante e também a Junta de Freguesia que fez todo o processo de candidatura e que tem ajudado a Associação dos Amigos de Meruge. Tenho que dizer que as colectividades são muito importantes porque muitas vezes as Juntas de Freguesia têm que recorrer junto das Associações que existem nas Freguesias. Congratulo-me com as Associações da minha Freguesia, nomeadamente a Associação dos Amigos de Meruge e a Associação da Nossa Senhora do Rosário que estão a funcionar em pleno e com pessoas que de uma forma gratuita trabalham para a Comunidade.

Depois dizer que é muito bonito escrever determinados artigos mas onde vão recolher os dados muitas vezes nem sabemos, Se calhar, alguns têm complexos contra as novas tecnologias. Estou a referir-me ao artigo sobre a taxa de natalidade que está muito baixa. Se calhar, esses dados não devem estar

devidamente corretos. Eu posso dar o exemplo que a pessoa que escreveu o artigo estava a por em causa se uma criança que nasceu numa família de Meruge se era de Meruge ou se era de Coimbra porque tinha nascido em Coimbra. Mas, toda a gente sabe, as crianças nascem todas em Coimbra. Se seguissemos os passos dessas pessoas se neste momento temos menos juventude muito menos juventude teríamos porque são contra as novas tecnologias. Não há internet, não há *mail*. Essa é uma das coisas que me preocupa porque na minha Freguesia estamos a perder a juventude porque não tenho empregos e por isso os jovens têm que ir para outros lugares para sustentar as suas famílias.

O Sr. Presidente da Câmara há pouco referiu que os lotes da Zona Industrial já estavam todos ocupados e por isso quero lembrar que a zona de expansão económica de Meruge está contemplada no PDM e ainda pode lá instalar meia dúzia de empresas. Já lá está uma e se calhar é mais fácil cativar outras. As empresas não têm que estar todas instaladas na sede do Concelho e também se podem instalar nas Freguesias limítrofes.

Também quero desejar a todos um bom Natal e um bom ano.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a estas propostas do Orçamento e das Grades Opções do Plano do Executivo Municipal eu devo dizer, muito sinceramente, vários considerandos:

Primeiro, e até no seguimento de várias intervenções que foram feitas e que serviram de argumento para votar contra este Orçamento: Diz a oposição: Bom, Sr. Presidente, ... as Juntas de Freguesia... Bom, Sr. Presidente, ... um milhão... Bom, Sr. Presidente, ... dinheiro para obras nas Freguesias. Os Presidentes de Junta andam-se a queixar, diz o PSD, o Deputado Vilafanha. Sr. Presidente, captação de empresas...

Eu quero dizer a estes Senhores uma coisa tão simples como isto: Seguramente que estes Senhores só devem ter vivido neste Concelho nos últimos três, quatro ou cinco anos! Dantes não devem ter vivido neste Concelho!

Já ninguém se lembra mas eu não me esqueço. Eu não tenho memória curta. Quantas vezes foi dito nesta sala por mim e por mais gente, que na altura éramos da oposição, ao Sr. Presidente da Câmara da altura, no tempo de “vacas gordas”, em que havia muito dinheiro a entrar para o País, Sr. Presidente estão

empresas a fixarem-se nos Concelhos vizinhos em tudo o que é sítio e em Oliveira do Hospital não se vê nada disso. E não se via. Era uma realidade! Em Oliveira do Hospital não se via a captação de empresas e não se instalavam empresas. E então os Senhores agora, em tempo de “vacas magras”, depois do vosso Governo ter cortado conforme cortou fortemente as verbas às autarquias vêm querer falar nestes termos e concretamente nestes casos!

Meus amigos, desculpem lá, votem como entenderem mas isso é pura demagogia! Os Senhores não vivem, seguramente, no mesmo Concelho onde eu vivi e onde toda a gente tem vivido ao longo destes anos!

Quando se diz, e porque também já foi dito aqui, Sr. Presidente... coitadinhos... a Ação Social...

Bom, não é isso que eu vejo neste Orçamento! Será que eu estou a ver o mesmo Orçamento que os Senhores viram? Se calhar não estou!

Eu estou a ver nestes documentos a quarta verba em termos percentuais dedicada à família, à solidariedade e à ação social. Será que os meus papéis são diferentes dos vossos?

Vejo, efetivamente, algum desinvestimento em obra física e o Sr. Presidente já explicou o porquê!

Vejo que há cortes.

Vejo também que há um desinvestimento na área do desporto e da cultura e não vejo nenhum aumento de verbas!

Será que eu estou a ver um papel diferente do vosso? Seguramente que não estou! Seguramente que não se enganaram a mandar-me os papéis!

Meus amigos, demagogia!

Sr. Deputado Luís Lagos, às Juntas de Freguesia o Senhor quer que a Câmara Municipal dê um milhão de euros. Eu também gostaria e aplaudia. É pena que o Sr. Deputado Luís Lagos e os Srs. do PSD não tenham esse discurso, que estão a ter aqui relativamente à Câmara Municipal, junto do vosso Governo!

Fala-se que não há investimento, que não há perspetivas de futuro, que não há visão estratégica!

O Sr. Presidente já aqui disse que temos investimentos na Zona Industrial, investimentos privados, na ordem dos oito milhões de euros e então isso não é trabalho? Não é visão estratégica? Não é desenvolvimento que vai criar postos de trabalho?

Meus amigos, pedimos meças! Quando vêm falar do Partido Socialista e na questão Socialista, nós pedimos meças aos anteriores Executivos do PSD e do CDS.

No tempo das “vacas gordas”, quando se podia ter ido buscar muito dinheiro para este Município, nada se fez! Não se criou riqueza antes pelo contrário criou-se dívida.

Meus amigos, já chega de demagogia!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Acho um contra senso o discurso do Deputado Dr. Nuno Vilafanha sobre o Orçamento e as GOP porque por um lado critica o Município e as Juntas de Freguesia de não fazem, ou que pouco fazem, e, por outro lado, entra num discurso de total facilitismo. Vejo o seu discurso como meramente político e sem alternativa. O que se pede às oposições é que façam um discurso de alternativa construtiva.

As competências que foram transferidas para as Juntas de Freguesia obrigam-nos a tomar outro tipo de atitudes e outro tipo de desempenho que até então não nos era exigido mas com o qual eu concordo.

Relativamente às verbas que nos são transferidas pelo Município eu acho bem que as Juntas de Freguesia sejam fiscalizadas na utilização dessas verbas.

A conclusão que eu tirei do discurso do Dr. Nuno Vilafanha é que foi um discurso cheio de demagogia. A crítica pela crítica. A certa altura, até se faz substituir pelos Presidentes de Junta. Mas as palavras ficam com quem as diz.

Também dizer ao Dr. Luís Lagos: Constantemente se fala no Associativismo e nas verbas que são atribuídas. Mas, hoje, é o Associativismo, nomeadamente nas nossas aldeias, a única porta aberta em termos de sociabilização. Daí que este Associativismo é indispensável que exista.

Eu foi um dos que criticou, no passado, a forma de como eram atribuídas as verbas às Associações porque havia Associações que não tinham qualquer tipo de atividade. Fui o primeiro a defender que tinha de ser criado um critério rigoroso para a atribuição de verbas.

Quero realçar que quando tenho que criticar o Executivo Camarário o farei sempre de forma construtiva. Fui eleito pelo Partido Socialista. Sou um verdadeiro Socialista mas isso não implica que eu tenha que falar para dentro. Não aceito demagogias e não aceito a crítica pela crítica para com este Executivo e por isso queria salientar aqui dois ou três pontos para ficar mais esclarecido.

Gostaria de saber, de forma mais concreta e objetiva, em que situação se encontram os levantamentos/projetos e a sua conseqüente concretização das seguintes problemáticas: Uma delas que eu considero crucial, tem a ver com o saneamento básico. Por um lado pela falta de ETAR's ou de sistemas alternativos na localidade da Catraia de São Paio e que há muito é reivindicado pela sua população, pelo Executivo da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços e também pela extinta Junta de Freguesia de São Paio de Gramaços. Relevar que é cada vez maior a malha urbana daquela localidade ainda sustentada com fossas sépticas. Falo principalmente do aumento de habitações particulares, locais de comércio, espaços de restauração e similares, indústria de confeções e indústria de transformação de carnes.

Mais informo, conforme também já dei conhecimento, que o Executivo da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços está disposto em abdicar do valor total da verba que nos seria atribuída para dois mil e quinze no âmbito do protocolo para a atribuição de verbas do Município para as Freguesias se esta contribuir para o colmatar desta problemática que já tarda em ser resolvida.

Também gostaria de saber em que situação se encontra a requalificação da zona histórica de Oliveira do Hospital e a requalificação da Rua Dr. Virgílio Ferreira, duas zonas que há muito anos carecem de obras principalmente porque a segurança das pessoas continua em risco em termos de circulação pedonal e porque também, e no caso da zona histórica, é necessário uma intervenção em termos de renovação das linhas de águas pluviais e residuais.

Depois, e porque falamos do novo quadro Comunitário, também gostava de aqui relevar e lançar uma ideia, e não sei se é viável ou não, de um projeto que seria necessário e é de certa forma ambicioso, que tem a ver com mobilidade urbana em correlação com o meio ambiente: Com o novo Quadro Comunitário, e porque há enquadramento para o mesmo, penso que seria interessante levar a efeito um circuito urbano rodoviário para transporte principalmente de pessoas condicionadas em termos de mobilidade com vários pontos de paragem, destacando-se entre os quais o hospital, o SAP e outros serviços públicos, com a aquisição de autocarros. Projeto este que poderia ter a envolvimento das Freguesias geograficamente enquadradas e com a aquisição conseqüente e a implementação de um sistema integrado de transportes. Penso que seria uma mais-valia principalmente para os idosos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação ao Orçamento já quase tudo foi dito, contudo, e no âmbito do apoio dado às Freguesias, congratulo-me com a inscrição no Orçamento da obra de requalificação da Rua Nossa Senhora das Dores em Aldeias das Dez. Obra estruturante para a Freguesia.

Realçar, também, a continuidade da descentralização da Câmara das verbas para as Freguesias.

Uns falam, outros cumprem.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Assistimos aqui, hoje, até agora a alguma demagogia da promessa fácil, do caminho sem pedras, de um País maravilha onde pudemos dar tudo e, como sabemos, não nos têm dado nada.

Como também sabemos tem havido muita restrição, tem havido muitos problemas, tem havido uma série de situações. Ignorámos isso, pelo menos alguns de nós.

Grassam um conjunto de fatores externos de restrição quando a economia não cresce, quando o desemprego estagna.

Soubemos esta semana que o emprego cresce porque os estágios remunerados estão a fazer crescer o emprego, situação que foi criticada no Governo anterior, e também devido à emigração. É esta a economia que temos e o País que temos.

Relativamente ao Orçamento quero dizer que é um Orçamento realista, de monitorização constante, eficiente, estruturante. Acho que foi feito com “cabeça tronco e membros”, como se diz na linguagem corrente. E como os números não enganam e “não se fazem filhoses de água”, dir-vos-ia o seguinte: diz-se, e o Sr. Presidente há pouco também o disse, que as transferências do Governo não aumentaram este ano, o que é verdade, mas esquecemo-nos dos cortes e de tudo o que nos foi retirado nos anos anteriores.

Dão-nos mais dinheiro e depois tiram-nos. Tiraram-nos na ordem dos duzentos mil euros para pagar o empréstimo e mais cem mil euros para o Fundo de Apoio Municipal e ficam aqui com mil euros, que é “uma gota de água no oceano” no Orçamento da Câmara Municipal.

As despesas correntes baixam um vírgula um milhões de euros sendo mais ou menos na exata medida das despesas de capital, o que é de louvar.

A aposta no emprego, na indústria e na atratividade do Concelho é também importante e é de realçar.

Há neste Orçamento cinco pontos que eu gostava de realçar dentro dos dezasseis que o Orçamento se baseia. É a Educação e Formação Profissional, o Apoio à Família, a Ação Social, a Saúde e as Tecnologias de Inovação. Eu acho que este deve ser o caminho independentemente de todos os outros que estão aqui.

Não posso compactuar, e penso que a Câmara também não compactua, com atividades elitistas. As atividades têm que ser no global, para todos, e têm que criar uma política de todo o Oliveirense ser envolvido e numa perspetiva de futuro.

Sobre a questão da Central de Camionagem e do Mercado Municipal quero referir a comparticipação financeira atribuída para as obras o que desonera, de certa maneira, a Câmara.

Deixava aqui algumas notas de reflexão: A questão da Zona Industrial e seu alargamento; A questão da fixação de indústrias em Oliveira do Hospital e o papel da Câmara; A questão da Educação e Cultura que é muito importante; A questão da Ação Social onde a Câmara tem aqui medidas mas, naturalmente, o Sr. Presidente vai-nos dizer de que maneira é que vai potenciar esta rubrica.

Outra situação que também deixaria aqui é a questão dos nossos idosos e também a relação de proximidade que se estabelece com o idoso. É evidente que apoiamos o idoso, ouvi falar na questão da habitação, mas há idosos que estão sozinhos e por isso era importante este apoio.

Também referir que o tempo utilizado pelos Deputados Municipais no decorrer desta Sessão da Assembleia Municipal foi extremamente adequado. As minhas felicitações por isso. O Papel do Presidente da Assembleia Municipal é um papel ingrato nomeadamente nesta questão de regular o tempo das intervenções. Acho que compete a cada um de nós autorregular-nos e quando excedemos o tempo temos que ter consciência que acabou o nosso tempo e que temos que sair do palanque.

Desejo a todos, como dizem os Chineses, boa saúde, vida nova e bom futuro.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara pretendo fazer duas perguntas: Não sei se tem o valor apurado relativamente ao pagamento pela câmara do IVA ao Estado no que diz respeito ao diferencial entre os seis e os vinte e três por cento.

Nas refeições escolares e na iluminação pública, o Estado vem cobrar às Autarquias um diferencial entre os seis por cento, que era o valor que deveria ser, e os vinte e três por cento. Depois, se somarmos este valor ao que vem a menos no Fundo de Apoio Municipal e ao pagamento do empréstimo, no ano de dois mil e quinze, a meu ver, a redução orçamental prevista para este ano que vem não seria de cinco virgula sete mas de menos de três. A meu ver a redução parece-me ser bastante menor?.

Falou-se aqui de que há condições legais para contratar pessoal. Por aquilo que eu estive a ver a Câmara não pode contratar mais de duas pessoas. É bom que não fique a ideia que a Câmara tem condições para contratar pessoas porque se por um lado a abertura é feita por outro lado a lei restringe-o.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de responder aos Srs. Deputados quero felicitar a Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos pela sua iniciativa. É um orgulho participarmos com este grupo de jovens e também com a Associação do Amigos de Meruge.

Felizmente, como disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, temos estas Associações que são bons exemplos de dinamismo Associativo. Tenho que vos dar os parabéns porque estas Associações realizam atividades para angariar fundos.

Sr. Presidente da Junta de Meruge, Sr. Aníbal, quero dizer-lhe que foi um enorme prazer atribuímos o subsídio à Associação dos Amigos de Meruge e também colaborar com a vossa candidatura ao PRODOR porque há outras Associações que se limitam a viver dos subsídios da Câmara Municipal e que não realizam nenhuma atividade para angariar fundos e pensam que a Câmara, que eles tanto criticam, tem que lhes resolver os problemas.

Digo mais, esta Câmara Municipal gasta cem mil euros com os seus grupos culturais e devolveu o IMI às Associações que o pagam.

A nossa riqueza como Concelho está também neste conjunto de Associações.

No passado as Associações recebiam subsídios para realizarem um almoço por ano mas isso era eleitoralismo e acabou. Hoje há um rigor que não existia no passado.

Quando ouço aqui algumas intervenções eu fico pasmo! Hoje fiquei pasmado com duas intervenções: Com a intervenção do Dr. Nuno Vilafanha, e quero dizer-lhe que nutro uma grande consideração por si, acho que é um jovem com valor e é preciso acarinharmos os jovens com valor e não os espantar neste debate político. Às vezes isto de ser jovem é bom por um lado mas depois têm alguma inexperiência política e fazem-se alguns números.

Sobre o Dr. Luís Lagos e sobre a oposição do Dr. Luís Lagos eu não espero outra coisa. Eu também tenho uma grande admiração pelo Dr. Luís Lagos, é outro jovem por quem eu nutro uma admiração enorme, e digo isto não é para ele mudar o sentido de voto. Sei que é um homem sério mas se ele não fosse não era, de certeza, meu amigo porque os meus amigos têm que ser pessoas sérias e com princípios. Só me admira ele votar contra este Orçamento porque algumas ideias que o CDS propôs estão transpostas neste Orçamento e é só por essa razão. Desde que haja respeito mutuo, as nossas divergências políticas não nos afastarão desta amizade.

Quero dizer ao Deputado Dr. Nuno Vilafanha que começou mal com estas críticas porque eu convoquei-o para uma reunião e o Senhor sabe que o PSD não deu nenhum contributo para termos um melhor Orçamento.

Eu fiz uma reunião com a oposição para ouvir as suas propostas. O Senhor diga-me, quais foram as suas propostas para eu melhorar o Orçamento? Eu não tenho o dom de saber tudo. Sei os princípios pelos quais me rejo e sei aquilo que quero deste Orçamento.

Também quero referir que não faço oposição ao Governo, mas hoje, tal como disse o Dr. Luís Lagos e bem, é muito difícil este mandato, mais difícil até que o anterior. É muito difícil estar aqui e também é muito difícil para esta oposição que representa os partidos que hoje estão no Governo de pois deles terem imposto um conjunto de cortes brutais, cerca de três milhões num mandato. Eu com esses três milhões resolveria todos os problemas de saneamento que aqui foram referidos. Eu também percebo a dificuldade da oposição e também percebo que às vezes não gostem de ouvir uma verdade mas quando as ouvirem de mim podem ter a certeza que o que eu estou a fazer não é oposição ao Governo mas é defender intransigentemente o meu Concelho quando me sinto prejudicado.

Relativamente a este Orçamento da Câmara Municipal o que têm aqui é um Orçamento feito por um homem que não vos vendeu ilusões e também não aceito a intervenção de alguns Deputados que fizeram aqui uma radiografia de um Concelho miserável, morto e sem futuro porque só queriam dinheiro na Ação Social. Querem um Concelho pobre e dependente.

Na minha opinião nós não temos esse Concelho que aqui foi retratado porque este Concelho tem futuro e eu acredito nos Oliveirenses. Temos áreas que nos diferenciam de todos os outros Concelhos. Também sou de opinião que algumas pessoas não vivem neste Concelho e por isso não o conhecem!

Sr. Presidente da Junta, o Senhor tem toda a razão: Tem que haver um plano estratégico participado pelos vários atores e pela sociedade civil Oliveirense.

O PSD tem um passado e ninguém falou na situação em que eu encontrei esta Câmara Municipal. Eu encontrei uma Câmara completamente atrasada em relação aos tempos atuais. Lembrem-se de como é que eram pagas as faturas da água? Dizia o Eng.º Carlos Artur, e bem, que há pessoas aqui que não têm memória! Esta Câmara Municipal estava completamente obsoleta! E tem havido um trabalho enorme deste Executivo para modernizar os serviços. Neste momento estamos a lançar um programa, que conseguimos que fosse financiado a cem por cento, para a modernização administrativa no valor de quinhentos mil euros. Hoje deparamo-nos com estas dificuldades relativamente à água porque nunca se criou uma estrutura para resolver o problema das águas pluviais porque se iam resolvendo os problemas avulso. Nesse tempo é que não havia estratégia nenhuma!

O PSD atrasou o Concelho de Oliveira do Hospital para cima de trinta anos, basta ir à Câmara Municipal de Cantanhede, que é do PSD, e vejam como é que ela funciona ou então vão à Câmara de Viseu. Nós não temos que inventar nada temos é que estar atentos aos bons exemplos e não é demérito nenhum copiarmos os bons exemplos e adaptá-los ao nosso Concelho.

O atraso a que o nosso Concelho foi sujeito deve-se às políticas que foram empregues no passado. E quanto dinheiro é que havia a mais? Havia mais três milhões de euros por mandato! E mais um empréstimo de cinco milhões de euros o que dá oito milhões de euros.

Sobre o Orçamento eu disse aqui, com grande coragem política, que se este Orçamento fosse meu ainda tinha menos dois milhões de euros.

Também podia apresentar-vos os Orçamentos das Câmaras Municipais que fazem parte da CIM e compará-los com o nosso porque todas as Câmaras tentaram reduzir os Orçamentos.

Ainda relativamente à forma de pensar do passado: Sabem qual era o valor das Bolsas do Ensino Superior que eram atribuídas? Era de cinco ou seis mil euros. Hoje o valor dessas Bolsas de Estudo é de cinquenta mil euros.

Também vos digo que resolver os problemas no âmbito da Ação Social não é atirar dinheiro para cima dos problemas porque esses problemas não se resolvem assim.

Um Concelho, ou um País, é construído pelo trabalho e não se constrói com a miséria nem se constrói deixando as pessoas na miséria.

Nesta Câmara Municipal os subsídios só são atribuídos depois de devidamente analisados pelo Gabinete de Ação Social. As pessoas a quem são atribuídos esses subsídios depois têm que vir trabalhar para a Câmara ou para os Bombeiros. Este Executivo, na área Social, não deixou ninguém para trás.

Podem vir falar dos números do futebol, podem vir falar nos números dos eventos mas nesta área da Ação Social ninguém me ensina nada.

Dr. Nuno Vilafanha eu quero dizer-lhe que o Senhor tem toda a legitimidade para criticar este Executivo e para apresentar opiniões divergentes e diferentes mas não me culpe por o Hotel ainda não estar aberto porque eu já promovi três reuniões entre o empresário e os donos do edifício do Hotel.

Eu não tenho capacidade financeira para criar um Hotel em meu nome mas há alguns projectos, de alguns empresários, para lançar um Hotel em Oliveira do Hospital.

Sobre a BLC3 quero dizer que já tem um efeito positivo porque ninguém teve coragem no passado de adquirir a ACIBEIRA para a transformar. Era um edifício que estava completamente abandonado e que envergonhava a terra de Lagares da Beira. Houve aqui um Presidente que teve a coragem de a comprar e neste momento há um financiamento para as obras de recuperação da ACIBEIRA. Não me vou alongar porque não faço parte do Conselho de Administração da BLC3. A BLC3 tem uma vida própria, apresenta-nos projectos e discutem-se algumas ideias, logicamente que, eu também sou sincero, gostaria de ver já efeitos da BLC3 mais práticos no meu território porque quando investimos dinheiro nós queremos ter retorno rapidamente.

Relativamente à atração de empresas, que o Dr. Nuno Vilafanha também referiu, quero dizer que ampliámos a Zona Industrial e arranjámos Fundos Comunitários para hoje as podermos instalar, e sei bem o trabalho que deu. Eu

não tenho que criar empresas mas tenho que criar condições para que elas se instalem. Este trabalho também é dos empresários e por isso o mérito também é deles.

Relativamente à questão colocada pelo Presidente de Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, relativamente ao Cavaleiro de Oliveira. A história do Cavaleiro de Oliveira é muito interessante, e se houve alguém que fez alguma coisa relativamente a este assunto foi a Vereadora da Cultura, a Sra. Prof.^a Graça Silva, e eu tive a oportunidade de a acompanhar a duas reuniões fundamentais.

Quando é que o Cavaleiro saiu de Oliveira do Hospital? Em mil oitocentos e trinta e cinco, não foi há dois dias e nem foi no meu mandato. Ainda vão escrever no jornal que eu tive a culpa porque roubaram o Cavaleiro e foi este Presidente que deixou ir.

Perante as dúvidas que existem em definir qual é o original e qual é a réplica, relativamente aos dois Cavaleiros medievais, em que um se encontra na Capela dos Ferreiros em Oliveira do Hospital e o outro se encontra no Museu Machado de Castro em Coimbra, realizámos uma reunião com a directora do Museu Machado de Castro. Também marquei uma reunião com o Sr. Bispo porque se o Cavaleiro estava na igreja eu como Presidente do Município não tenho legitimidade para o reclamar, se efectivamente o verdadeiro for o que estiver no Museu Machado de Castro, tem que ser a igreja.

A Sra. Directora do Museu Machado de Castro disse-nos que não sabem se o verdadeiro é o que está na Capela dos Ferreiros em Oliveira do Hospital ou se é o que está no Museu Machado de Castro em Coimbra. Já fizeram estudos mas que não têm a certeza de qual é que é o verdadeiro ou o falso.

Depois, na reunião com o Sr. Bispo eu pedi-lhe que verificasse se existia algum documento para ajudar a resolver esta dúvida e que nos pudesse ajudar a reivindicar o Cavaleiro verdadeiro.

Hoje o Cavaleiro Medieval é emblemático para o Museu Machado de Castro e parece-me que esta dúvida não será de fácil resolução.

Para finalizar a minha intervenção quero falar de mais um pormenor relativamente a este Orçamento.

Por mais demagogia que se faça ninguém engana os Senhores Presidentes de Junta porque eles também têm que fazer Orçamentos.

O que o Deputado Dr. Nuno Vilafanha não sabe, e que também devia saber, relativamente ao Plano e Orçamento, é que é preciso que algumas rubricas fiquem abertas, para a possibilidade de haver verbas no Quadro

Comunitário, para as irmos buscar e se não as tivermos abertas não temos possibilidades de fazer rectificação Orçamental. Algumas rubricas andam nos Orçamentos anos e anos na perspectiva das verbas do Quadro Comunitário.

Eu não percebi a pergunta do Sr. Presidente de Junta de Travanca de Lagos em relação a uma variante porque essa variante está contemplada no projecto do IC6 e do IC7 e como sabe esta obra não está dentro das capacidades financeiras da Câmara Municipal.

Relativamente às obras do IC6 e do IC7 neste momento não está previsto que essas obras avancem. Mas também quero informar que Oliveira do Hospital através da CCDR apresentou à Comissão de mobilidade em Bruxelas um projecto para a construção do IC6 e do IC7 e aguardamos a resposta.

Este Orçamento, na minha opinião, é o Orçamento possível mas é um Orçamento onde está contemplada a modernização administrativa, o ambiente e várias outras obras em diversas áreas e não se assustem os Senhores Presidentes de Junta quando não veem algumas obras na área do saneamento porque esses projectos estão englobados noutras áreas onde as rubricas estão abertas com bastante dinheiro.

Relativamente aos acessos nas entradas para Oliveira do Hospital eu gostava muito de fazer uma nova estrada Oliveira do Hospital/Catraia com um nó junto a Gramaços para a “Casa dos Frangos” mas neste momento não há dinheiro mas houve quem o pudesse ter feito porque houve dinheiro do Quadro Comunitário para o fazer, como outros Concelhos próximos fizeram, mas hoje Bruxelas cortou as verbas para estas obras. Nós temos que viver dentro destes condicionalismos financeiros.

Nós temos uma grande riqueza na área do desporto mas já tivemos a coragem de baixar os orçamentos do desporto sénior mas não estou disponível para cortar na área da formação. Para mim também é um orgulho ter o Sampaense a jogar na primeira divisão com o Benfica, agora, temos é de saber se nós temos possibilidades financeiras para aguentarmos isto sendo a Câmara a principal “muleta” dos clubes. Neste orçamento os clubes têm menos cento e cinquenta mil euros em relação ao ano passado. Isto são novos desafios e teremos todos que nos readaptar.

Também tive a coragem de acabar com provas desportivas, que a mim me davam nome, para poupar algum dinheiro e para continuar a apoiar a área da formação e a apoiar os nossos jovens. Eu acho que isso é coragem política.

Temos uma grande riqueza cultural, ranchos, tunas, filarmónicas, grupos de teatro que continuaremos a apoiar.

Escrevam todos o que eu digo: Quando eu sair daqui os Senhores encontrarão uma Câmara Municipal muito mais moderna, muito mais ágil, muito mais organizada do que aquilo que eu encontrei.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. António Lopes não há aqui questões de defesa da honra, como sabe. Eu não ouvi nenhum argumento por parte do Sr. Presidente da Câmara que tivesse a ver com a honra e a consideração. O que é que o Plenário acha disto? Que eu saiba a sua honra e consideração não foi minimamente beliscada.

Vamos então passar à votação do Ponto VI.”

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2015/2018 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2015, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço na Câmara Municipal para 2015 que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e nos termos do nº 2, do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de orçamento, que foi aprovado por maioria com uma abstenção e três votos contra.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação da proposta de parecer favorável ao projeto de Decreto-Lei que tem por objeto criar o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e constituir a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A..

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Este Ponto tem a ver com um projecto de Decreto-Lei que o Governo se propõe aprovar, em que para além de criar a Sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A., onde vai integrar o sistema de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e vai integrar, também, de entre outros, o Sistema Multimunicipal Águas do Zêzere e Côa.

Eu creio que este assunto posteriormente dará muita discussão mas, para já, temos que nos pronunciar sobre esta matéria.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de dizer que os aumentos da água não foram brutais como alguns afirmam. Os técnicos estiveram aqui e apresentaram os estudos económicos que foram feitos, e não foi a parte política que esteve aqui a defender estes aumentos, tal como as Águas de Portugal também apresentaram estes estudos.

Houve um político do meu Concelho, que é uma pessoa de esquerda, que disse que a fatura dele tinha aumentado mais de cem por cento. Pedi-lhe para me trazer o recibo para podermos comparar com as faturas anteriores. E então comparámos!

A fatura que ele reclamava tinha mais metros cúbicos de água do que no mês anterior e por isso é que tinha tido um aumento. Isso percebe-se.

Eu hoje trago aqui umas faturas de outros Concelhos e desafio-vos a ver estas faturas para verificarem se a nossa água está ou não a um preço mais baixo comparativamente com a média nacional. Estou absolutamente á vontade!

Os Senhores que falam sobre os aumentos da água não perceberam que quem é responsável por estes aumentos é o Governo por intermédio das Águas de Portugal e a ERSAR. A ERSAR produziu um documento onde diz que os Municípios têm que lançar sobre os seus consumidores os custos com a água e que não pode subsidiar estes custos. Isto é uma lei deste Governo.

O problema relacionado com os aumentos da água é demagogia.

O que eu disse e volto a dizer é o seguinte: Eu estive na Associação Nacional e Municípios com o Sr. Ministro e disse-lhe: “Sr. Ministro quero dar-lhe os parabéns, eu fui eleito pelo Partido Socialista mas reconheço que o Senhor tem tido coragem para pegar neste assunto que até hoje nunca ninguém teve coragem para o fazer.”

A Associação Nacional de Municípios é contra este modelo mas eu e outros autarcas do interior somos a favor deste modelo.

O que nos é proposto neste Ponto VII é uma tarifa de água mais baixa e também tenho que dizer que o nosso problema nunca foi a água, o nosso problema é a despesa do saneamento e das águas pluviais.

Hoje pagamos pelo saneamento uma taxa de zero vírgula setenta e quatro por metro cúbico e passaremos a pagar zero vírgula cinquenta e um por metro cúbico e é por isso que eu acho que temos aqui algumas condições para analisar.

Não é verdade! Os aumentos não foram brutais!

Há quem diga que a água tem uma grande receita mas são uns puros ignorantes porque deviam saber que a água está a ser subsidiada pelas transferências do Estado. A despesa da água, do saneamento e do lixo ainda produzem défice tarifário.

O Governo diz que até junho aplica esta lei e o que eu quero é que haja equilíbrio.

Se houver equilíbrio e se reduzirmos este défice tarifário já podemos dar mais dinheiro aos Senhores Presidentes de Junta.

O que vos é proposto neste Ponto VII é um processo de intenção e até vos posso dizer que a Câmara de Coimbra votou contra porque as Câmaras maiores não querem este acordo e por isso eu reconheço a este Ministro competência e muita coragem política para estar a fazer este trabalho.

Também disse ao Sr. Ministro que para mim ainda seria melhor Ministro se impusesse uma tarifa nacional única.

As pessoas têm que ter consciência que se resolvermos este problema do défice tarifário com despesa da água, do saneamento e do lixo, Oliveira do Hospital, em termos financeiros, nunca terá nenhum problema.

Se votarmos favoravelmente esta proposta estamos a fazer justiça ao nosso Concelho e também aos outros Concelhos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Isto, de facto, está a ficar um bocadinho complicado!

Como os Senhores sabem fui eu que andei por este Concelho a defender um determinado projecto e cheguei aqui pelo voto popular e agora quem ali está, vamos ver o que é que a lei diz, manda-me calar! Mas está tudo bem!

Eu queria fazer um protesto porque tendo sido o primeiro eleito não fui ouvido para o Orçamento, não fui ouvido para coisa nenhuma, nem fui ouvido para o Regimento.

Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, sugiro-lhe que leia as atas de quando se tratou aqui do Regimento, porque eu vou mandar publicá-las todas, porque já percebem porque é que isto tem, de facto, de começar de ser de outra maneira!

Todos ouviram várias vezes, os que cá estiveram dantes, o Sr. Presidente da Câmara a dizer que eu era a maior oposição. Agora, pelos vistos, eu nem dizia coisa nenhuma e nem sei porque é que me chateei então e porque é que estou daquele lado. Há aqui, de facto, qualquer coisa que não joga! As pessoas convivem mal com a verdade e isto é complicado.

Vamos ao Ponto VII: Façam o favor de abrir na página cento e três da ata e vejam o que é que o Sr. Presidente aqui disse sobre a água e os números que lá estão e vejam os números daquelas faturas que eu deixei agora.

Há uma coisa que eu não admito. É que ponham em causa aquilo que eu digo! O que digo provo com documentos e já aqui pedi várias vezes, e não é a alguns, é ao Sr. Presidente da Câmara José Carlos Alexandrino Mendes para dizer aqui nesta Assembleia e provar aquilo que às vezes diz por aí, inclusive nos jornais. Por isso é que está duas vezes arguido ali em baixo. Aqui é o poder da força contra a força da razão mas depois ali em baixo vamos ver como é que é e como também vamos ver a questão da Assembleia.

Vamos lá às faturas que ali estão: Vila Franca de Xira paga um vírgula nove de zero a cento e cinquenta metros cúbicos. Esta mesma fatura em Oliveira do Hospital custa só mais quatrocentos e noventa e dois euros; Eu estou a falar das faturas onde eu pago água porque eu pago água em oito Concelhos. A água na EPAL custa no primeiro escalão zero virgula dezanove e zero sessenta e três no segundo; A Covilhã, onde aqui se diz que a água é mais cara, leva zero virgula trinta e nove no primeiro escalão e um vírgula dezoito no segundo; Unhais da Serra, que me viu nascer, leva zero virgula quarenta e três e gaste aquilo que gastar para um vírgula vinte e cinco, isto não é conversa, estão aí as faturas, se desmentir desminta com números e traga-me lá então essas faturas que referiu porque eu quero vê-las. Eu sei muito bem que há mais de metade dos Concelhos onde a água é mais cara do que em Oliveira do Hospital mas também sei como é que o povo está a viver e sei que sessenta e sete por cento é um crime! Foi isso que eu andei a dizer às pessoas. Andei a lutar pelos oprimidos e o Senhor também e parece que se esqueceram! É disso que estamos a falar. Eu não sou demagogo. Eu sei muito bem quanto é que custa a água em todo o lado e nem sequer estou contra o aumento da água que eu defendi aqui e continuo a defender mas continuo a defender como deve de ser, com parcimónia.

Senhor Presidente da Câmara quando falar, fale com números porque, eu já disse aqui publicamente, vai ver isto tudo publicado no tal jornal que o

Senhor não gosta, mas vai começar a gostar menos. A Demagogia e a mentira, comigo não funciona.

Sr. Presidente da Mesa, eu tenho cinco minutos para as minhas intervenções, diz que o Sr. Presidente da Câmara que fala dez minutos, eu não falo em todos os Pontos mas, ele, eu acho muito bem que fale. O Sr. Presidente fala no Ponto I para explicar a actividade da Câmara e fala quando nós que estamos ali daquele lado o interrogarmos. É isso que está na Lei. Não é ficar aqui a fazer propaganda e não responder objectivamente aos Pontos.

Também quero dizer ao Sr. Eng.º Carlos Artur Maia que me mostre os seus documentos por eu também lhe vou mostrar os meus. Eu não duvido que os funcionários não nos tenham dado os mesmos documentos. Eu disse-lhe aqui há pouco que estão lá setecentos e cinquenta mil euros para a rubrica da Família Solidariedade e Ação Social. Veja lá se não são estes os números? Mas estamos a brincar com coisas sérias! O Sr. António Lopes não vai lá com demagogias e com conversas. Acho muito bem que defendam a política mas eu já disse para acabarem com a política politqueira.

O Sr. Presidente dá vinte e sete vírgula vinte e quatro no Apoio à Natalidade! Quer acabar com os nascimentos? E corta no subsídio ao Ensino Superior! Então como é que o Senhor fixa aqui as pessoas? Os números estão aqui!

Sr. Presidente fale a verdade e quando falar do António Lopes venha bem documentado.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem cada um tem sempre a sua verdade. E a verdade de uns não é a verdade de outros. Nós conhecemos essa verdade.

Deixei-me dar uma explicação sobre o programa da Natalidade: A natalidade vem em crescendo e por isso o programa da natalidade aumenta os custos todos os anos e também vos quero dizer que em Oliveira do Hospital tem havido muitos nascimentos. Não sei se este programa da natalidade contribuiu ou não para este aumento da natalidade. Este programa de Apoio à Natalidade foi feito por nós e já vai no segundo ano.

Houve aqui alguém que falou num pormenor importante porque as regras do jogo eram para ser mudadas neste mandato. No último mandato o Presidente da Câmara podia dar sempre os esclarecimentos e agora queriam mudar as regras do jogo.

Sr. Presidente da Assembleia eu aceito as regras do jogo que o Senhor me impuser e se o Senhor concordar eu só respondo às perguntas dos Senhores Deputados.

Também sobre o Orçamento o que é preciso dizer é que o Governo fez um acordo com a Associação Nacional de Municípios, e que não cumpriu, em relação ao IVA. O Governo tinha-se comprometido que as refeições escolares pagariam menos IVA. Será justo que o Governo ainda ganhe dinheiro com as refeições escolares. Sabem quanto é que é o IVA das refeições escolares? É de vinte e três por cento. O que o Governo tinha acordado com a Associação Nacional de Municípios é que seria de seis por cento.

Nos transportes escolares, que custam cerca de quinhentos mil euros. Sabem quanto é que a Câmara Municipal paga de IVA? Vinte e três por cento. Sabem o que é que estava no acordo? Seis por cento.

Iluminação pública. É um serviço que se presta às populações. Qual é o IVA? Vinte e três por cento. O que é que estava no acordo? Seis por cento.

Bastaria o Governo cumprir este acordo com a Associação Nacional de Municípios para nós termos verbas para fazermos outras coisas.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VII - Apreciação e votação da proposta de parecer favorável ao projeto de Decreto-Lei que tem por objeto criar o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e constituir a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A., que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Tenho aqui um pedido de intervenção do público do Sr. João Pedro Correia Cruz.

Dos quatro pontos apresentados só o ponto três cabe aqui intervir porque os outros são de reserva dos Senhores Membros da Assembleia Municipal.

Faça o favor de fazer a sua intervenção relativa ao ponto três cuja síntese é esta: Gostaria de saber que mais-valias dá a BLC3 aos Concelho.”

De seguida iniciou-se o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. João Pedro Correia Cruz, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de começar quero dizer ao Sr. Presidente da Mesa que o ponto um é sobre a minha rua e o ponto dois é sobre o Conselho Municipal da Juventude. Eu sou um membro do Conselho Municipal da Juventude e por isso acho que tenho o direito de fazer a pergunta.

Gostaria de saber se os moradores da rua D^a. Josefina da Fonseca e das ruas anexas não pagam os mesmos impostos que os outros Municípios?

Faço esta pergunta porque as luzes são só ligadas entre as dezassete e cinquenta e as dezoito horas sabendo que já é noite às dezassete horas e quinze minutos.

Acha bem, Sr. Presidente da Câmara, impor o que quero posso e mando no Conselho Municipal da Juventude?

Porque o Conselho Municipal da Juventude tal como o conheço não é praticamente para nada. Não passa de um grupo de amigos que não têm meios financeiros suficientes para elaborarem ideias e projectos é pura propaganda.

Eu estive a criticar. É verdade! Mas já me dispus a fazer parte de uma equipe que se forme e que trabalhe para fazer alguma coisa útil e operativo deste simulacro de Conselho Municipal da Juventude.

Os projectos que apresentei foram em nome da JCP e foram chumbados porque ultrapassavam o valor irrisório de vinte e cinco mil euros. Curiosamente no ano de dois mil e treze houve uma proposta que também ultrapassou e foi aceite e até ganhou. É curioso!

Também tenho a dizer que o Sr. Presidente chega a meio de um Conselho Municipal da Juventude, onde estava delegado o Sr. Vereador Nuno Ribeiro, e eu disse que os jovens não eram nenhuma marionetas. O Sr. Presidente como não tinha mais nenhum argumento disse que eu era muito pesado para ser uma marioneta.

Bem, eu sei que sou pesado. Sou gordo, é verdade, mas acho que ainda não sou gordo à sua custa. Se o Sr. Presidente tiver que criticar, critica ideias não é com ofensa da honra. Isso não lhe admito Sr. Presidente.

Já se falou aqui na BLC3 mas não se falou em números concretos: Quanto é que a BLC3 recebe, directamente e indirectamente, anualmente pela Câmara Municipal?

Sabendo que a BLC3 vive para desenvolver o Concelho e vão para lá as verbas e não se vê nada. O projecto do Biodiesel foi prometido. Onde é que ele está? Não está em lado nenhum!

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu, como Município, tenho que dizer que esta aberração dos cinco dias para nos inscrevermos para intervir na

Assembleia Municipal é um ato pouco democrático e que inibe o povo de Oliveira do Hospital a participar. Ainda não estamos no Capitólio ou na ONU. Eu fiz um estudo sobre os outros Regimentos de outras Assembleias e em nenhum diz que o público tem que se inscrever cinco dias antes.

Mais, quando esta Câmara era gerida pelo PSD e CDS, pela direita, o público fazia as intervenções no antes da Ordem do Dia e inscrevia-se antes da Assembleia Municipal. Temos que aproximar as pessoas a participar na Assembleia ou a afastá-las? Será que estas atitudes pouco democráticas são “Tudo Pelas Pessoas”?

Proponho à Mesa que faça uma revisão neste assunto porque acho que é um ato pouco democrático da vossa parte.

A todos desejo um bom Natal e um bom ano Novo.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Em relação ao Regimento quero lembrar que o Regimento foi aprovado por larga maioria nesta Assembleia Municipal e no Regimento consta, de facto, que as pessoas têm que dizer quais são os assuntos sobre os quais se querem pronunciar.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu tenho todo o prazer em responder às questões do Munícipe João Pedro Correia da Cruz.

A primeira coisa que lhe quero dizer é o seguinte: Não me parece que é o cidadão João Pedro Correia da Cruz que tenha legitimidade democrática para vir aqui colocar algumas perguntas que são do âmbito destes homens que foram eleitos. O Senhor até hoje ainda não foi eleito por nenhuma força política nem o povo lhe reconheceu essa legitimidade. Por isso, nas próximas eleições ganhe esse lugar, lute por esse lugar, e depois pode falar aqui nesta Assembleia.

Mas eu sou tão democrático que vou responder-lhe mas não deixo que o Senhor queira substituir o Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa como tem tentado às vezes fazer.

A Mesa da Assembleia Municipal faz como entender mas, a inscrição para a participação dos cidadãos na Assembleia Municipal tem que ser com cinco dias de antecedência porque a Lei prevê esses cinco dias.

Sobre a hora de ligação da iluminação da rua D. Josefina da Fonseca quero dizer que temos que pedir à EDP para nos mudarem os relógios. O Senhor tem razão até porque quando chove ainda escurece mais cedo.

Relativamente à ditadura no Conselho Municipal da Juventude, deixe-me dizer-lhe o seguinte: O que se passou no Conselho Municipal da Juventude não fui eu que impus. O Senhor não percebeu! O Senhor é que estava a impor a sua ditadura a todos os outros elementos que lá estavam presentes porque só o Senhor é que queria falar e não deixava falar ninguém.

O Senhor tem dificuldade em respeitar as regras. O Senhor quer ser o centro das atenções e não deixa falar as outras pessoas. Eu vi a reacção das pessoas.

O que eu quis dizer e que torno a dizer-lhe é que o Conselho Municipal da Juventude deve ter regras de participação. Eu vi o desagrado das pessoas. Algumas disseram-me que não vinham mais a estas reuniões porque o Sr. João Pedro não deixa falar ninguém. Isto foi dito por pessoas que participam nesse Conselho Municipal da Juventude e que não eram do Partido Socialista.

Sobre a BLC3 já respondi a essa pergunta que foi feita por um Deputado Municipal.

Sobre a pergunta das contas da EXPOH, que também estava aqui no seu requerimento, eu quero dizer-lhe o seguinte: O Senhor tem estas contas publicadas numa ata da Câmara Municipal. Se estiver atento e se ler os documentos as contas da EXPOH estão lá. O investimento na EXPOH é público.

Enquanto o Senhor falou ninguém o interrompeu e o Senhor está farto de me interromper porque a sua democracia é essa.”

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo treze horas e quarenta e cinco minutos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital

- Página 73 -

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
